

A transformação e lições da Grande Guerra

Tenente-coronel
Abílio Pires Lousada



O rosto da guerra

A I Guerra Mundial deflagrou em 28 de julho de 1914, com a declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia, e terminou em 11 de novembro de 1918, com a assinatura do armistício pela Alemanha. Foram cerca de quatro anos e quatro meses de uma guerra generalizada que varreu sobretudo o continente europeu, passou por África e pela Ásia, marcou presença nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico e em mares interiores como o Mediterrâneo e o Arábico. Trata-se de uma guerra que mobilizou contingentes militares dos cinco continentes - Europa, África, Ásia, Américas e Oceânia - e que no final resultou em cerca de 10 milhões de mortos e quase o dobro de feridos e desaparecidos, 80% dos quais militares.

No fim, quatro dinastias seculares extinguíram-se - *Hohenzollern*, na Alemanha, *Habsburgo*, na Áustria, *Romanov*, na Rússia, e *Otomana*, na Turquia -, três impérios desapareceram - Alemão, Austro-Húngaro e Turco -, o *mapa mundi* foi redesenhado e a Europa perdeu a exclusividade dos assuntos geopolíticos internacionais.

Olhando para as consequências e quando percebemos que, ao longo do decénio de 1920, os principais beneficiários da guerra foram os Estados Unidos e o Japão, potências não europeias, é legítimo perguntar se era este *day after* que os principais beligerantes pretendiam quando colocaram os motores em marcha nesse verão de 1914. A resposta é, seguramente, negativa.

Assim sendo, a pergunta inevitável é porque foram as grandes potências para uma guerra que se tornou mundial e que, no imediato, deixaram de conseguir controlar? Ou, formulando a questão de outra forma, a guerra era inevitável atendendo aos catalisadores gerais que a precederam? A tendência historiográfica alinha por uma resposta afirmativa. Outra máxima, inerente às causas do conflito, centra-se na sua inevitabilidade após o assassinato de Sarajevo, enquanto catalisador específico. O verão quente de 1914, o período entre 28 de junho (assassinato de Francisco Fernando da

Áustria) e 28 de julho (início da guerra) descontrolou o otimismo de alguns dos beligerantes, que mergulharam alegremente no apocalipse que sobre eles se abateu.

Outra questão a merecer ponderação é assumir a Alemanha como exclusiva culpada da guerra. Afinal, isso mesmo ficou plasmado no artigo 231.º do Tratado de Versalhes. E dentro desta culpabilidade estatal, é o *kaiser* Guilherme II quem surge com o ónus da responsabilidade. Em Versalhes, prevaleceu a máxima de Richelieu de que, em política, os fracos (e os vencidos) nunca têm razão. Porém, também neste caso, impõe-se uma análise cuidada; afinal, a guerra contou com mais de trinta beligerantes, quatro dos quais pertencentes às Potências Centrais, que a perderam, e entre os vencedores, estão colossos imperiais como o Reino Unido, a França e a Rússia.

Um dado, porém, parece certo, a Alemanha é *casus belli*, o que não significa que detenha a exclusividade da culpa. De igual modo, deve-se ir para além do *kaiser* Guilherme II, até Otto Bismarck e a Alemanha que o chanceler desenhou em 1871, um presente futuro da guerra de 1914-18.

1. Casus Belli - Desequilíbrio da balança de poderes

Olhando a montante e definindo catalisadores gerais como causas da I Guerra Mundial, identificamos cinco: (i) a unificação da Alemanha, em 1871, e a concretização do II Reich; (ii) a Conferência de Berlim de 1885 e a partilha de África; (iii) a competição naval Anglo-Alemã, a partir da primeira década do século XX; (iv) o sistema multipolar estatal encerrado na bipolaridade das alianças; (v) a postura determinista das grandes potências.

A criação do II Reich Alemão, do *kaiser* Guilherme I, em 1871, é a causa inicial. O centro da Europa passou a ser ocupado por um novo e pujante Estado que, para o efeito, tinha derrotado dois dos países fundadores da nova ordem, em duas rápidas e conclusivas campanhas militares: a Áustria, em 1866, e a França, em 1871^[1]. O chanceler Otto Bismarck percebeu, no entanto, que para a Alemanha se sentir segura e suficientemente forte, por um lado, e não inquietar os vizinhos, por outro, tinha que dar largas a uma diplomacia de acomodação e de cooperação. Ou seja, para a Alemanha estar segura, os outros Estados tinham igualmente que se sentir seguros. Para o efeito, protegeu a Áustria contra a Rússia, limitou as ambições de Viena nos Balcãs para não hostilizar Moscovo, demitiu-se de antagonizar o Reino Unido na esfera naval, motivou a França na edificação do império africano e foi compreensível face às ambições da Rússia no Extremo Oriente e na Ásia Central^[2]. Porém, a nova Alemanha, ainda temente dos vizinhos que a cercavam, sobretudo da França a Oeste, e da Rússia, a Leste, era fonte de inquietações, necessitava de mostrar contenção estratégica e bons ofícios diplomáticos. O equilíbrio da balança de poderes ainda era um bom modelo de coexistência europeu. Bismarck percebeu-o; Guilherme II negligenciou-o.

A partilha de África é a segunda causa. Na Alemanha, a questão relativa à colonização

revelou-se sensível para uma potência que não tinha a sua Índia, como o Reino Unido, ou a sua Argélia, como a França; ocupou parcelas territoriais na África e no Pacífico, mas o seu império era insignificante quando comparado com o daqueles países. Até a pequena Bélgica tinha o seu imenso Congo e Portugal vastos domínios africanos. A Alemanha preconizava um império à sua imagem e semelhança, mas a ambição revelava-se dificultada pelo facto de a maioria das colónias da África e da Ásia estarem ocupadas^[3]. É verdade que Bismarck encorajou a expansão da Rússia para a Ásia, da França para o Norte de África e da Itália para o corno africano, enquanto forma de manter os rivais ocupados e até de contrair a hegemonia imperial do Reino Unido. Mas, a seu tempo, a Alemanha perceberia que também ela e os seus 60 milhões de habitantes necessitariam de possessões que lhe dessem uma imagem de império.

O terceiro momento a equacionar é a competição naval entre o Reino Unido e a Alemanha. Quando Guilherme II afastou Bismarck da chancelaria do Reich, a Alemanha era a maior potência terrestre do continente, só rivalizada pela Rússia relativamente ao poder do número. Com quem, de resto, tinha relações de convergência. Relativamente aos mares, era aceite a hegemonia naval britânica e os seus incomparáveis domínios imperiais, que iam “da Austrália ao Canadá, do Cabo ao Egipto, incluindo a península do Indostão e parte significativa da África, das Antilhas e do Extremo Oriente”^[4]. Acontece que o *kaiser* resolveu alterar o contexto. Para o efeito, denunciou as parcerias acordadas com a Rússia, que se aproximou da França, e ambicionou uma marinha de guerra equivalente à britânica, definindo a *Teoria de Risco*, do almirante Tirpitz, que chocou com a *Blue Water Strategy* britânica. Revelou-se um passo perigoso. A Alemanha não se limitava a querer ser poder continental. Isso mesmo anunciou o *kaiser* afirmando que “a Alemanha tinha grandes tarefas a desempenhar fora dos estreitos limites da velha Europa”^[5]. Consequentemente, assumindo uma estratégia de domínio mundial (*Weltpolitik*) a Alemanha colocou a Europa num *status* de «paz armada»^[6], obrigando a parcerias de detenção hegemónica.

O quarto passo refere-se ao sistema de alianças formado pelas potências. Ao findar a década de 1900, os dados mais marcantes da conjuntura referiam-se à capacidade da França, que rompera o forçado isolamento, à postura do Reino Unido, que abandonara o autoisolamento, à Alemanha, que ficava isolada de forma esplêndida, e à Rússia, que deixava de ser o eterno isolado. França, Reino Unido e Rússia tinham uma *Entente* para aprofundar política e militarmente, enquanto a Alemanha, apesar da *Tríplice Aliança*, se sentia *Einkreisung* (cercada) e com uma política de segurança e defesa forçada à *Machtpolitik* (poder militar). A Alemanha, realmente, e como infere Donald Kagan, “tinha-se cercada e excluída a si própria do grande concerto do poder. Através dos seus esforços mal orientados, tinha virado contra si a própria fórmula de Bismarck de ser sempre um dos três estados num sistema de cinco”^[7]. Já sobre as parcerias decididas pelo Reino Unido, Niall Ferguson anota o fim da *Pax Britânica*, isto é, a incapacidade do “maior império do mundo para limitar as ramificações globais de uma crise continental”^[8]. Os dados estavam lançados e as alianças definidas; dois blocos políticos e militares constituídos por potências de primeira ordem. O que equivale a dizer que a multipolaridade dos Estados se encerrou na bipolaridade das alianças triplas, que se revelaram como compromissos de guerra.

A *Tríplice Aliança*, constituída pela Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália data do tempo de Bismarck (1882) e chega à década em que deflagrou a guerra relativamente frágil em termos de coerência cooperativa (Áustria-Hungria e Itália) e paridade estratégica (supremacia absoluta da Alemanha). A nota característica residia no poder demográfico, industrial e militar da Alemanha, na heterogeneidade demo-cultural da Áustria-Hungria e na duvidosa convicção da Itália enquanto membro da Aliança^[9]. Juntos, os três Estados tinham perto de 150 milhões de habitantes, confinavam territorialmente no centro da Europa e tinham vias abertas para o mar do Norte e o Mediterrâneo. O que equivale a dizer que tinham uma considerável fonte de recrutamento, uma ligação territorial e coordenação militar fluida, capacidade de blindarem o seu espaço de interação e possibilidade de projeção naval. No entanto, algumas das vantagens eram constrangimentos a ter em conta, nomeadamente o facto de o conjunto poder ser bloqueado por terra (França e Rússia) e por mar (França e Reino Unido), o que se tornou notório a partir do momento em que a Itália abandonou a *Tríplice Aliança*.

A *Tríplice Entente* compreendia a França, a Rússia e o Reino Unido, definida no seu conjunto em 1907, mas com problemas de confiança e aprofundamento de responsabilidades mútuas. Os seus trunfos residiam no valor do exército francês, no poder do número russo e no poder marítimo e riqueza imperial do Reino Unido^[10]. No total, tinham cerca de 240 milhões de habitantes e uma forte presença no mar do Norte (Reino Unido) e no Mediterrâneo (França). A sua vantagem consistia na complementaridade de potencialidades entre o mar e a terra e os constrangimentos incidiam na dispersão territorial e nas dificuldades de condenação das capacidades.

Duas alianças e seis potências que se equivaliam, sem um pêndulo destinado a marcar o ritmo de um sistema onde os compromissos não existiam; o equilíbrio de poderes deixou simplesmente de existir^[11]. Poder-se-ia argumentar que os Estados dos dois blocos tinham sobretudo uma perspectiva securitária e cooperativa, precavendo-se de fraquezas estratégicas individuais através da força do conjunto: a Alemanha temia um cerco franco-russo, sonhava esbater a supremacia naval britânica e pretendia expandir-se para Leste à custa da Rússia; a Áustria-Hungria debatia-se com o nacionalismo eslavo no seu seio e a ingerência russa na região, debatendo-se com a estabilidade no império; a Itália pretendia manter-se atuante no Mediterrâneo, controlar o Adriático e absorver as regiões irredentas de Trento e Trieste; a França receava a Alemanha, ao mesmo tempo que pretendia a recuperação da Alsácia e da Lorena; a Rússia apavorava-se com a vizinhança germano-austriaca, enquanto assumia a proteção dos Eslavos do Sul contra a Áustria e desenhava uma saída para os mares quentes através de território turco; o Reino Unido sentia a Alemanha demasiado ostensiva e tinha por intenção a preservação do *status quo* imperial^[12].

Por fim, apesar de a guerra eclodir no seguimento do atentado de Sarajevo, é na fixação psicológica determinista da Rússia, da Alemanha e da Áustria-Hungria que as motivações definitivas devem ser encontradas. Relativamente à Rússia, a questão remonta a 1908, quando Áustria-Hungria anexou a Bósnia-Herzegovina, que administrava unilateralmente desde 1878, ao arrepio da tutela turca de *jure*, dos interesses da Sérvia nas províncias e da aceitabilidade da Rússia face à hegemonia Habsburgo na região. O desinteresse anglo-

francês pelas questões balcânicas e o acintoso apoio alemão à anexação austríaca fizeram recuar a Rússia e obrigou a Sérvia a capitular. Moscovo sentiu o constrangimento e a Sérvia a humilhação. Situação semelhante aconteceu com a Alemanha na crise marroquina de Agadir, em 1911. Um contencioso com a França devido à intromissão militar desta em Marrocos ao arrepio de consulta da Alemanha, conforme consignado, motivou o *kaiser* a enviar uma canhoeira para a região, numa clara demonstração de força, ameaçando com a guerra. Tratou-se de um teste à coesão da *Entente* anglo-francesa, que não vingou. O Reino Unido não só apoiou as pretensões francesas em Marrocos como instou à retirada alemã a troco de concessões territoriais na África Central. Mais uma vez melindrada, como já sucedera em Algeciras, em 1905, Berlim sentiu o toque.

Por fim, as guerras balcânicas de 1912 e 1913, cujo resultado foi desfavorável aos interesses da Áustria-Hungria. Em 1911, firmou-se na região uma liga anti turca destinada a desalojar os otomanos dos Balcãs. Sérvia, Bulgária, Grécia e Roménia, potenciais aliados da Rússia no entender de Viena, atendendo à língua eslava e à religião ortodoxa, unem esforços militares e, no outono de 1912, forçaram a retirada do Império Otomano dos Balcãs. Aproveitando o contexto, a Rússia reforçou posições na Galícia e na Bósnia, aumentando a tensão com a Áustria. No ano seguinte, e porque a Bulgária e a Sérvia, principais beneficiários da derrota turca, não se entenderam relativamente à posse da Macedónia, eclode uma guerra entre ambas. Contando com o apoio da Grécia, da Roménia e até da própria Turquia, a Sérvia derrota a Bulgária. E, assim, a Áustria-Hungria vê dois potenciais aliados (Bulgária e Turquia), e com quem confina territorialmente, derrotados, e inquieta-se com a Sérvia, que ameaça a sua suserania na Bósnia-Herzegovina e sonha com uma Grande Sérvia à custa de territórios tutelados por Viena. A tensão sobe e a guerra só não deflagra devido às intervenções do Reino Unido junto da Rússia e da Alemanha junto da Áustria.

Desta forma, a partir da formação das alianças, do evoluir das crises e do clamor crescente das sociedades, a diplomacia, enquanto correia de transmissão dos Estados, cede lugar aos estados de alma dos «príncipes» e ao arrebatamento dos estrategas. Que confluem como falcões face aos acontecimentos do verão de 1914, onde se mistura uma “*espécie de determinismo fatal, o acaso, o paradoxo e até a incompetência recompensada*”¹³³—.

Das palavras aos atos; a fatalidade guerreira dos estrategas impôs-se. Chegava a hora de aferir os planos de guerra e, com eles, os planos de produção e aquisição de meios militares, de mobilização e preparação de contingentes, de projeção de forças e de operações. E, assim, com as fábricas prontas a laborar armamento e equipamentos, os cidadãos aptos a serem chamados para as fileiras, as vias-férreas oleadas para transportarem forças para a frente e os planos de operações aferidos para uma guerra ofensiva, que garantisse uma vitória rápida e conclusiva, bastava o sinal de ignição. Que foi dado quando a Sérvia não aceitou as condições do ultimato austríaco (25 de julho) e as primeiras granadas caíram em Belgrado (29 de julho). Como a Alemanha apoiou a agressão austríaca e a Rússia não desamparou a Sérvia, o sistema de alianças disparou. Na Rússia procedeu-se ao *Período Preparatório para a Guerra* e reviu-se o *Plano de*

Mobilização N.º 19, na Alemanha proclamou-se o *Estado de Perigo de Guerra* e aferiu-se o *M-TAG - Dia da Mobilização* e em França avançou-se com *La Couverture*^[14].

2. A transformação da guerra

David Stevenson analisa a I Guerra Mundial de acordo com um conjunto de parâmetros que merecem servir de prólogo ao presente capítulo. Começa por aferir as razões que alastraram a guerra a outras frentes e a outros continentes. Depois, prende-se com os objetivos de guerra dos beligerantes e os constrangimentos ocorridos para um compromisso de paz em tempo útil. Seguem-se as estratégias militares terrestres e as ofensivas desencadeadas para romper a frente do adversário. Em complemento, relaciona questões de ordem tática, tecnológica e logística enquanto condicionantes das estratégias definidas, originando batalhas de desgaste. Aduz ainda a emulação guerreira sem precedentes por parte dos combatentes, decorrentes dos sistemas de recrutamento dos países. Relaciona a mobilização da economia e o financiamento da produção de guerra. Por fim, infere a frente doméstica ao nível da capacidade de resiliência das populações face a uma guerra crescentemente falha de consenso^[15].

O resumo do autor surge, então, como ponto de partida para o desenvolvimento deste capítulo.

2.1. Guerra para além dos limites

Nos objetivos de guerra^[16] ensaiados pelos beligerantes, podem ser encontradas as razões da generalização da guerra; que foram sendo ampliados e ajustados à medida do prolongamento do conflito no espaço e no tempo.

Do lado da *Tríplice Entente*, a França pretendia sobretudo recuperar territórios perdidos e garantir a segurança do seu espaço fronteiriço e não tanto obter ganhos territoriais. Após Verdun, com o sucesso da ofensiva russa de Brussilov e, posteriormente, com a contraofensiva aliada de 1918, assumiu a neutralização da margem esquerda do Reno e o abatimento do Reich Alemão. O Reino Unido definiu a ocupação das possessões imperiais da Alemanha em África como objetivo vital, o mesmo acontecendo com os domínios territoriais da Turquia na Mesopotâmia e no Norte de África. Para a Rússia, era importante o controlo do estreito entre o mar Negro e o mar de Mármora ou os Dardanelos, para além da apropriação de territórios turcos, como as províncias de Erzerum, Trébizona e Ardahan que estavam na lista de prioridades.

Quanto às Potências Centrais, a Alemanha, vista como grande demais para a Europa, assentou a transformação do Reich num império, sustentado no *Programa de Setembro* (de 1914) de domínio da Europa, desde a Mancha até à Ucrânia. Para o efeito, a França devia ser enfraquecida, a Rússia isolada, a Bélgica, o Luxemburgo e a Holanda passariam

a estados vassallos e os domínios territoriais do Reino Unido em África seriam conquistados. A Áustria-Hungria propunha-se esmagar a Sérvia e refazer o xadrez geopolítico dos Balcãs em seu proveito, acertar as fronteiras com a Itália e a Roménia e criar um Estado polaco sob sua dependência. Já a Turquia ambicionava dominar o Mar Negro, a Transcaucásia e a Arménia e recuperar o Chipre e o Egipto.

A verdade é que, em 1914, as cinco grandes potências que delinearam o concerto europeu em Viena, em 1815 - Reino Unido, França, Rússia, Alemanha e Áustria - estavam de novo em guerra. A diferença é que “até então, os conflitos nunca tinham oposto senão dois ou três destes países entre si, e nunca todos juntos”; França e Reino Unido contra a Rússia na Crimeia (1853-1856) e França contra a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871)⁽¹⁷⁾. Também não deixa de ser contraditório observar que os planos guisados pelas diversas potências falharam: a Áustria-Hungria não pôde derrotar uma Sérvia que se revelou tenaz na defesa do seu território; o plano Schlieffen da Alemanha fracassou na França, esbarrando no Marne contra uma força combinada franco-britânica; o Plano XVII francês conheceu igual insucesso na ofensiva desencadeada na Lorena contra os alemães; os russos fracassaram contra os alemães na Prússia Oriental, onde foram copiosamente derrotados pelos exércitos do *kaiser* em Tannenberg; o próprio Reino Unido sentiu continuadas dificuldades em fazer prevalecer o seu incontestado domínio naval e foi obrigado a repor o serviço militar obrigatório para fazer face às necessidades da guerra. O que equivale a dizer que a guerra curta, otimista e de resultados concludentes preconizada pelos beligerantes esbarrou nos objetivos políticos assumidos, na durabilidade estratégica inconcebível e no imobilismo tático imprevisto.

A I Guerra Mundial foi total porque implicou a utilização de todas as formas de coação estratégicas enquanto forma de atingir a vitória decisiva: diplomática, económica, psicológica e militar⁽¹⁸⁾. A Estratégia Diplomática foi desenvolvida no sentido de captar aliados (a Itália transitou, em 1915, das Potências Centrais para os Aliados e os Estados Unidos entraram na guerra, ao lado dos Aliados, em 1917) ou de, no mínimo, levar potenciais inimigos à acomodação (a Rússia, que esteve na guerra com os Aliados, firmou um acordo de paz separado com a Alemanha, em março de 1918). Mas o que sobressai da Diplomacia em tempo de guerra é a incapacidade ou falta de vontade dos beligerantes em lhe porem termo. A irredutibilidade marcou a postura de alemães e anglo-franceses, mais vincada à medida que a guerra evoluía e sem fim à vista, e as perdas humanas foram sendo incomensuráveis. As iniciativas de Woodrow Wilson foram proteladas, as do papa Bento XV contestadas e a do imperador Carlos da Áustria simplesmente ignoradas. Valha a verdade que “o acesso ao poder por parte de «homens de pulso» como Lloyd George, em Inglaterra, Clemenceau, em França, Hindenburg e Ludendorff, na Alemanha, não ia no sentido do compromisso”⁽¹⁹⁾.

Quanto à Estratégia Económica, a I Guerra Mundial foi uma guerra de recursos, não só humanos mas também tecnológicos. O arsenal empregue era imenso, sendo possível existir porque no século anterior ocorreu a 2ª Revolução Industrial e porque os Estados centraram o seu investimento na produção de guerra, transformando a indústria caseira numa indústria de guerra. E, assim, o poder e a capacidade dos Estados media-se pela posse dos obuses, de metralhadoras e espingardas, na utilização do «gás mostarda», de

pesados vasos de guerra de ferro, do avião como arma de guerra e na «invenção» do tanque de lagartas. Para já não falar da utilização, em larga escala, da via-férrea para transporte e balanceamento tático de forças no teatro de operações e projeção estratégica de contingentes da zona do interior para a zona de comunicações e a zona de combate.

A Estratégia Psicológica prende-se com a revolução das comunicações, a utilização do meio aéreo e a propaganda organizada propriamente dita. Atendendo que “a importância do fator moral cresce à medida que a guerra se prolonga” e se percebe que “nenhum dos campos dispõe dos meios para alcançar uma vantagem estratégica”, atingir a força moral do adversário “é também a razão de ser da propaganda”^[20]. Durante a guerra, e para além da manutenção do moral dos soldados, “o alargamento da propaganda de guerra à população da retaguarda, cuja actividade era tão importante para a vitória como a dos próprios combatentes”^[21]. Assim, “os meios psicológicos são largamente utilizados. Serviços de propaganda organizam a mobilização total das multidões. Os comunicados de guerra são sempre optimistas e toda a literatura hipernacionalista floresce na imprensa, nas canções, nos bilhetes postais”^[22]. De igual modo, a propaganda praticada de forma seletiva pelos Estados, nomeadamente ao nível dos feitos de guerra ou das supostas atrocidades praticadas pelo inimigo, incidiram na opinião pública dos países neutrais, enquanto forma de captar a sua simpatia, dos países amigos, para aumentar os níveis de motivação, e até dos oponentes, para lhes inquietar a confiança^[23]. A revolução das comunicações (quarta dimensão da guerra), sobretudo a telegrafia sem fios, permitiu fazer propaganda no espaço territorial do adversário, na procura de atingir a mente e minar a vontade de combater das populações. Quanto ao avião, a partir de finais de 1917, deixou de cingir a sua actividade de reconhecimento e bombardeamento no campo de batalha para o fazer nas localidades inimigas. Ou seja, a terceira dimensão da guerra levou essa mesma guerra para além dos teatros de operações, retirando imunidade aos civis, habituados nos séculos precedentes a olhar para a guerra como algo que acontecia lá longe e se centrava nos militares. Não por acaso, 20% das mortes resultantes do conflito foram civis.

Relativamente à Estratégia Militar, que desenvolveremos mais à frente num outro campo de análise, identificamos uma guerra estática entre outubro de 1914 e março de 1918, feita a partir das trincheiras, constituindo o obus de artilharia e a metralhadora as armas dominantes, que varriam os contingentes militares que procuravam ultrapassar a barreira defensiva firmada nos abrigos e nas trincheiras. Na Estratégia Militar residiu um dos grandes equívocos dos decisores políticos e estrategas militares. Como a tática não acompanhou a evolução estratégica nem o desenvolvimento tecnológico, a guerra foi estática e de frentes paralelas, onde o soldado era carne para canhão e perante quem os chefes militares tinham inicialmente menos preocupações do que na poupança de munições e na rutura dos *stocks*. Assim, e porque de uma guerra longa e de posições se trata, “reclama o envolvimento de forças cada vez maiores. É a primeira experiência a propósito da qual pode empregar-se a expressão guerra total, que assinala uma mutação profunda e uma ruptura com os hábitos tradicionais”^[24].

Guerra mundial, pois o conflito estendeu-se muito para além dos limites. Políticos,

militares e a própria sociedade assumiram que a guerra duraria meses e que seria travada segundo os cânones da ofensiva. De tal forma que não é um mito de guerra o facto de todos se apresentarem alegremente nos centros de recrutamento disponíveis para avançarem contra o inimigo. Acontece que “nos primeiros meses, nenhum beligerante conseguiu assegurar essa vantagem decisiva que devia levar à vitória e ao fim da guerra: nem os alemães em França, pois são travados pelos Aliados no Marne, em setembro de 1914, nem os russos na Prússia Oriental, onde são batidos em Tannenberg”. Em consequência, “os beligerantes viram-se obrigados a rever os seus planos. A frente imobiliza-se, passa-se da guerra de movimento, seguida do curso no mar, a uma guerra de posição, com uma frente contínua que torna a penetração irrealizável”^[25].

O equilíbrio de forças entre beligerantes originou a duração da guerra e esta implicou a sua extensão espacial, de tal modo que “no final de 1915 nenhum dos combatentes iniciais se batia pela guerra que teria desejado ou esperado”^[26].

Mas há fatores complementares que justificam a mundialização do conflito. Um deles prende-se, obviamente, com o facto de os beligerantes europeus serem impérios, com domínios territoriais fora da Europa. É o que acontece com África, onde “as colónias seguem o destino das metrópoles, tomam parte no esforço de guerra, fornecem combatentes e servem de teatro de operações, quando os franco-britânicos ocupam, uma após outra, as colónias alemãs de África”^[27]. A entrada da Turquia em guerra, em novembro de 1914, aliada das Potências Centrais, estende-a à Ásia, atendendo à sua posição geográfica euro-asiática, além de fazer dos Estreitos e da Mesopotâmia um teatro de operações. Há países que entram em guerra por pressão da opinião pública, como aconteceu com a Itália que, em maio de 1915, se colocou ao lado dos Aliados, ou de países balcânicos, que procuravam desforras de guerras anteriores, como a Bulgária, que alinha contra a Sérvia (outubro de 1915), e a Roménia (agosto de 1916), que se junta aos Aliados, estendendo o teatro de operações balcânico. Houve, inclusive, casos de países neutrais forçados a entrar na guerra, sendo a Grécia o exemplo, por pressão aliada, em junho de 1917. A esta lista acrescentem-se os países neutrais que veem na beligerância a obtenção de benefícios territoriais, financeiros ou simplesmente de prestígio, como sucedeu com Portugal (março de 1916), ou por afirmação pura, como ocorreu com os países sul-americanos, que no seu todo não alteraram o equilíbrio de forças.

Situação diferente verifica-se com a intervenção dos Estados Unidos, que declarou guerra à Alemanha devido a questões morais, de estrangimento económico e de convergência identitária com o Reino Unido, alterando a correlação de capacidades a favor dos Aliados.

Já a beligerância do Japão entronca na perceção das desvantagens enquanto Estado neutral, invocando a aliança prevalecente com o Reino Unido, de 1902, para declarar guerra à Alemanha, em agosto de 1914, além de que a ocasião foi entendida como adequada para se apoderar das possessões alemãs na China (Xantum). Tanto bastou para a China não ficar alheada, declarando guerra à Alemanha, em agosto de 1917.

Portanto, a Grande Guerra europeia, definida pelos contemporâneos, transformou-se

rapidamente em guerra mundial, fugindo aos planos de guerra iniciais dos beligerantes. A Alemanha viu-se obrigada a combater, em duas frentes simultâneas, a França e a Rússia; a França, que acreditava no rolo compressor da Rússia, viu-se a braços com a defesa do seu próprio território; a Rússia resvalou para uma guerra a Norte contra a Alemanha, ao Centro contra a Áustria-Hungria e ao Sul contra a Turquia; a Áustria-Hungria, incapaz de esmagar a Sérvia, foi empurrada contra a Rússia e a Itália; o Reino Unido, pensando na projeção limitada de um corpo expedicionário para a Flandres, assumiu frentes cada vez mais extensas, guerreou os alemães no mar, apoiou os sérvios contra a *Tríplice Aliança* e combateu os turcos em Galipoli, no Egipto e na Mesopotâmia^[28].

A guerra foi essencialmente terrestre, fundamentalmente europeia e marcada pela prevalência da defesa. Porém, a guerra no mar existiu e apresentou um carácter ostensivo e de opulência. Mais do que nos exércitos, o efeito imediato da 2ª Revolução Industrial incidiu na marinha de guerra. Assiste-se a uma grande evolução na indústria naval, dos tradicionais navios à vela para os navios de ferro, traduzindo-se numa competição naval. De facto, no virar do século XIX, potências como o Reino Unido, a França, a Alemanha, a Rússia e o Japão constroem uma gama de poder naval assente em fragatas, torpedeiros, contratorpedeiros e *destroyers*, tornando o navio de guerra símbolo de poder e do orgulho nacional. O navio de guerra marca a era industrial e corporiza os avanços tecnológicos da nação, a sua riqueza e, com os seus enormes canhões, um imenso poder destruidor.

No início da guerra, as esquadras dos Aliados e das Potências Centrais possuíam navios de superfície tecnicamente idênticos, apresentando a *Tríplice Entente* superior tonelagem: os aliados possuíam 59% da tonelagem dos navios a vapor (o Império Britânico 43%) contra 15% da *Tríplice Aliança*. Este poder naval permitiu aos aliados transportar efetivos e abastecimentos e manter um fluxo de recursos fornecidos por todo o mundo, mesmo antes de os Estados Unidos se envolverem no conflito^[29]. No contexto da guerra, o poder naval caracteriza-se pela tecnologia instrumentalizada nos navios de guerra, a não existência de massificações como no combate terrestre e a dificuldade em localizar e intercetar as esquadras rivais, sobressaindo como demonstração de poder dos Estados. Note-se ainda que os elementos essenciais de combate (choque, fogo, proteção, movimento, comando e controlo) estão concentrados num único meio - os navios de guerra.

Há quatro teatros de operações navais principais a considerar: Atlântico Norte e Mar do Norte, que opôs o Reino Unido à Alemanha; Mediterrâneo, que juntou a França e a Itália contra a Áustria-Hungria; Mar Negro, que contabilizava a Rússia contra a Turquia.

No Mediterrâneo, as marinhas britânicas e francesas, coadjuvadas pela italiana, impuseram uma presença dominante, anulando a presença naval austríaca que, em guerra contra a Itália, utilizava a rota como um acesso direto aos Balcãs, onde estava em guerra contra a Sérvia. O controlo aliado só seria perturbado quando submarinos alemães passaram a operar na zona, a partir de finais de 1915. No Mar Negro, onde a Rússia mantinha o grosso da sua frota naval, o seu domínio foi incontestado^[30].

Uma vez que a guerra naval teve no Atlântico Norte e no Mar do Norte o teatro principal de um confronto que pode ser dividido em quatro fases: (i) na primeira fase, até 1915, o elemento essencial é o número de Couraçados (Dreadnoughts) construídos e o movimento das frotas destinado ao controlo das rotas; (ii) na segunda, em 1915-1916, sobressai a manobra e os combates navais, na procura da decisão; (iii) a terceira fase evolui entre as tréguas pela restrição no uso dos submarinos até à sua utilização sem restrições; (iv) por fim, em 1918, os meios navais são subsidiários da guerra generalizada.

Porque, no combate naval, a finalidade assentava na destruição dos navios adversários, o couraçado, nomeadamente os Dreadnoughts, constituíam a escala de capacidades mais elevada das armadas. Embora não estivesse em paridade com a frota de guerra britânica (33% da capacidade mundial), nas vésperas da guerra a esquadra de alto-mar alemã consistia de treze navios de batalha tipo encouraçado, dezasseis navios de tipo mais antigo e cinco cruzadores. Mas a configuração geográfica do território alemão, que restringia o seu acesso ao mar alto à diminuta linha costeira do mar do Norte, entre a Dinamarca e a Holanda, obrigou à extensão para o Atlântico, que o inimigo controlava^[31]. A principal frota alemã, construída para afrontar a posição marítima dominante do Reino Unido, foi concentrada deliberadamente nos portos alemães do Mar do Norte, mantendo algumas forças no Pacífico, representando uma ameaça para os transportes aliados, em particular para os comboios, que traziam tropas australianas e neozelandesas para águas europeias. No entanto, as vitórias britânicas em Heligoland, à entrada das bases navais alemãs no mar do Norte, em janeiro de 1914, em Dogger Bank, em agosto desse mesmo ano, e nas Falkland, em março de 1915, colocou um ponto final às atividades de alto-mar da marinha alemã, apesar de em nenhum caso terem estado envolvidas as principais frotas^[32].

A guerra no mar não se revelou taticamente decisiva para o desenlace final do confronto mundial, pois não ocorreu a batalha decisiva que conferisse a vitória para um dos lados, garantindo supremacia naval e marítima. De facto, à semelhança do acontecia com a guerra nas trincheiras, a guerra no mar também entrou num impasse. A 1 de maio de 1915, os Aliados encenaram o bloqueio à totalidade das mercadorias com destino à Alemanha, incidindo a persuasão nos países neutrais. A partir da base escocesa de Scapa Flow, os britânicos não só impediam a liberdade de ação da esquadra alemã para sair do mar Báltico rumo a sul do canal como, paralelamente, fecharam o espaço entre a Escócia e a Noruega, restringindo sobremaneira a liberdade de navegação e operabilidade germânica. Neste contexto, o bloqueio naval tornou-se sombrio. Abandonando uma prática de 300 anos, que confinava o bloqueio estritamente aos recursos que permitiam aos beligerantes fazer a guerra, o Reino Unido e, depois, a Alemanha agiram na assunção de que todos os recursos estavam ou podiam vir a estar orientados para alimentar a guerra. O cerco recíproco foi o método^[33].

Enquanto isso, a supremacia naval britânica, francesa e italiana no Mediterrâneo alargou o bloqueio à Áustria e à Turquia^[34].

Mas a Alemanha sentiu sobremaneira os seus efeitos. Pelo facto, a *Frota de Alto Mar*

alemã decidiu procurar libertar o país das amarras em que mergulhou, pensando em atrair a *Grande Frota* britânica para o Mar do Norte e combatê-la. O processo de atração teve sucesso e foi neste contexto que se travou a Batalha de Jutlândia (de Skagerrak para os alemães), a 31 de maio de 1916. O almirante alemão Scheer obteve uma vitória tática no confronto contra o almirante britânico Jellicoe, mas, porque as perdas (14 navios ingleses, em 150, contra 11 navios alemães, em 100) eram mais difíceis de restabelecer para a Alemanha, a vitória estratégica coube ao Reino Unido, que pôde manter o controlo do Mar do Norte.

Assim, para responder ao bloqueio aliado e submeter o Reino Unido a um contra bloqueio, à Alemanha restava a guerra submarina e o torpedeamento dos navios mercantes que sulcavam o Atlântico (o Reino Unido detinham 60% da marinha mercante do mundo), de e para os Estados Unidos. Acreditando que, dessa forma, podia sangrar economicamente os Aliados e obrigá-los à rendição, o estado-maior alemão assumiu a tipologia de coação como vital e sem restrições. Demonstrou a sua eficácia em estreitos e locais de convergência marítima, contudo revelou-se ineficiente contra forças navais ou escoltas em comboios de superfície com uma mobilidade rápida e em mar aberto, implementada pelos britânicos. Da mesma maneira que Dellinger entende que “a ação da arma submarina alemã foi tida como símbolo da violência desnecessária contra civis, o mais infame dos crimes”^[35], também os Estados Unidos acusaram o método, reagindo com a declaração de guerra à Alemanha e a entrada no conflito no campo aliado.

Qual contrassenso, o programa naval alemão, que provocou o antagonismo do Reino Unido e foi causa de guerra, obrigou Berlim a desviar um terço do orçamento da defesa para a marinha, restringindo meios no exército, que se revelou incapaz de derrotar a França e a Rússia nas frentes Oeste e Leste, em simultâneo, não surtiu efeito no combate naval de Jutlândia, a frota acabou por se remeter aos portos do Mar do Norte para, no fim, as tripulações se amotinarem, em 1918, obrigando o *kaiser* a capitular^[36].

A par das frentes terrestres e navais, há um terceira frente que é pertinente elencar - a doméstica. Pela primeira vez, na história da guerra, assistiu-se a uma luta entre fábricas concorrentes (produção de guerra), tanto quanto entre exércitos rivais. A produção de armas foi um fator tão importante na batalha como a conscrição, a indústria subordinou-se à guerra e a antiga noção de «nação em armas» foi substituída pela de «estado guerreiro»^[37]. A Guerra transformou a sociedade: os sindicatos foram aceites como parceiros sociais dos governos; as elites militares imperaram, a necessidade de canalizar cada vez mais homens para a frente de combate obrigou a concentrar nas fábricas mão-de-obra suplementar para alimentar a guerra, conduzindo à emancipando da mulher. Tudo foi sacrificado na procura de vitórias impossíveis e, apesar do impasse, não havia margem para negociações de paz, devido aos ódios acumulados, sacrifícios aguentados e otimismo delapidado. Esta guerra mostra-nos, ainda, a quebra de imunidade dos centros populacionais, cabendo tal papel ao vetor aéreo, que influiu na capacidade psicológica das populações.

Como resultado, na I Guerra Mundial, os Exércitos deixaram de ser os procuradores das nações em guerra e passaram a instrumentos através dos quais os países beligerantes

podiam exaurir os recursos dos outros em bens e homens. Este foi o grande problema da Alemanha^[38].

A I Guerra Mundial foi, assim, a primeira guerra industrial da História e, longe de diminuir a procura, a guerra de trincheiras aumentou-a, nomeadamente ao nível de equipamentos, armas e munições, que ultrapassou a capacidade dos beligerantes. De tal forma que foi, como referimos, “necessário mobilizar na retaguarda o operariado e recrutar trabalhadores nos territórios coloniais. Se a frente doméstica era menos perigosa, foi tão importante como a própria frente de combate”^[39]. A mobilização económica impõe uma intervenção do Estado em todas as atividades nacionais e a economia torna-se uma arma de guerra^[40].

A realidade é que, quando se alcançou a paz, foi menos em resultado de vitórias militares no terreno por parte dos Aliados e mais por exaustão psicológica e económica da Alemanha e das Potências Centrais.

2.2. Da Ordem Paralela e da Rutura do Dispositivo Defensivo^[41]

A Grande Guerra foi uma sangrenta guerra civil europeia, estendido no espaço, dilatada no tempo, total face aos meios empregues e cataclísmica em relação às repercussões, alimentada por aparelhos militares detentores de um arsenal bélico com um poder destrutivo jamais visto. E, no entanto, os decisores políticos e os estados-maiores pensaram numa guerra limitada e de resultados conclusivos, destinada a redefinir a hierarquia das potências e a centrar uma nova ordem europeia, substituta da decorrente de 1815.

A guerra de 1914-1918 rompeu com a matriz caracterizadora dos conflitos precedentes relativamente ao número de beligerantes envolvidos, sistema de mobilização e de convocação implementados, planos de guerra testados, vastidão e dispersão de teatros de operações aferidos, estratégias militares e conceitos técnico-táticos experimentados, sistemas logísticos exigidos e sociedades envolvidas. Tratam-se de fatores que trouxeram tantas mudanças sistémicas nas áreas política, militar, social e cultural quanto o facto de serem largamente incontrolláveis, variáveis e, acima de tudo, imprevisíveis, sobressaindo combinações mortíferas no setor militar, que envolveram o emprego de armas combinadas, táticas «suicidas» e de carácter destrutivo, bombardeamentos estratégico, operações navais de grande amplitude e guerra submarina sem restrições.

As evoluções/inoações e transformações militares originadas no século XV (era da pólvora) e continuadas ao longo dos séculos seguintes atingem o ponto de chegada no início do século XX. A industrialização dos séculos XVIII/XIX, a produção de equipamento e armamento em série e cada vez mais sofisticado e letal (máquina a vapor e vasos de guerra em ferro, motor de explosão - veículos motorizados e avião - caminho de ferro) e a revolução nas comunicações (rádio, telefone e TSF) originaram uma engrenagem político-militar de apocalipse que se abateu sobre a Europa e o mundo a ela ligado com a

I Guerra Mundial.

Já o referimos, a I Guerra Mundial foi, no essencial, uma grande guerra europeia e é neste espaço geopolítico, com especial incidência no teatro ocidental, que centramos as transformações dos assuntos da guerra. É normativo dividir a guerra terrestre em três fases: (i) 1914 é a fase da manobra (fogo e movimento), cabendo a iniciativa à Alemanha; (ii) a segunda fase decorre entre 1915 e 1918, o fogo sobrepõe-se ao movimento e a guerra é estática, com ambos os beligerantes à procura da rutura das posições inimigas; (iii) na terceira fase, a partir de março de 1918, de novo a manobra, num primeiro momento por iniciativa alemã e depois por parte dos Aliados.

Na fase inicial da guerra, os planos Schlieffen (alemão) e XVII (francês), na procura da vitória decisiva e rápida, não alcançam os objetivos definidos; o ataque francês não rompe o centro do dispositivo alemão, enquanto a ofensiva germânica é travada no Marne. Segue-se a corrida para o mar, na procura de envolver o adversário, que conduzirá à estabilização da frente, devido às trincheiras cavadas, desde a Suíça até ao mar do Norte. Enquanto isso, a Leste, a Rússia não só não esmaga as Potências Centrais como é copiosamente derrotada pelas forças do *kaiser*, em Tannenberg e nos Lagos Masúrios; mas não culmina.

Depois, e até inícios de 1918, as trincheiras são a imagem da guerra, que tornou a estratégia dependente da tática, enquanto esta se transformou numa fonte de equívocos operacionais. A supremacia da defesa, numa associação terreno, arame farpado e fogo (espingarda, metralhadora e artilharia), sobre todas as iniciativas destinadas a romper ou a torner posições, resultou numa ordem tática paralela, imóvel e insalubre, impondo o impasse. Ao longo de três longos anos, as grandes operações desencadeadas por ambos os contendores, e destinadas alcançar vantagens estratégicas no campo de batalha, resultaram em desastres militares, morticínios e desgaste moral e material. Há três exemplos clássicos a considerar: Verdun (fevereiro-dezembro de 1916), de iniciativa germânica contra as posições francesas fortificadas, destinada a colocar a França fora da guerra; Somme (julho a novembro de 1916), ataque combinado anglo-francês contra as linhas de defesa alemãs estacionadas na linha do rio Somme, com o objetivo de aligeirar a pressão alemã sobre Verdun; Passchendaele (terceira batalha de Ypres), desencadeada por forças britânicas e da Commonwealth contra as forças alemãs posicionadas na Flandres Ocidental. Três batalhas, outros tantos objetivos não alcançados e perdas superiores a dois milhões de soldados de ambos os lados.

Por fim, em 1918, a Alemanha, depois de a Rússia e assinar o Tratado de Brest-Litovsky, que a retirou da guerra, e antes de as tropas dos Estados Unidos estarem aptas a assumirem setores na frente ao lado dos Aliados, lança quatro grande ofensivas destinadas a ganhar a guerra antes do verão: (i) em 21 de março, em Saint Quentin, detida em Amiens; (ii) 9 de abril, em Armentières, parada em Ypres; (iii) em maio, em Chemin des Dames, travada no Marne; (iv) em julho, na Champagne, sem efeito prático. É o regresso da manobra, que conduzirá, por paradoxo, os Aliados à vitória. De facto, ainda no decurso das terceira e quarta ofensivas alemãs, o número incontável de soldados americanos (superior a dois milhões) permite repor a frente aliada, viabilizando

uma contraofensiva motivada pelo grito do marechal Foch “todos para a batalha”. Os exércitos francês, britânico, belga e americano reconquistam a bolsa de Aisne-Marne, depois derrotam as desgastadas e desmoralizadas divisões inimigas em Amiens, obrigando a uma retirada para a linha Hindenburg para, finalmente, atacar de forma conclusiva na Flandres, entre Cambrai e Reims e na região do Mosa-Aragone.

Chegados a este ponto, vamos então debruçar-nos sobre as inovações técnicas e os constrangimentos Estratégico-táticos. A guerra travada no teatro ocidental da Europa foi conduzida segundo a ordem paralela, em que a proteção estratégica (trincheiras) e tática (abrigos/arame farpado), associada ao fogo das armas individuais (espingarda) e coletivas (metralhadoras), se impôs à manobra tática (ataque frontal e envolvimento) e estratégica (movimento torneante). Em rigor, a defesa assente num sistema de trincheiras desenhadas em zig-zague e com centenas de quilómetros de frente, e em profundidade, mediante um complexo cerrado de linhas desde a zona de combate até à zona de comunicações, mais não representa que uma dimensão exagerada das guerras de sítio, típicas dos séculos XVI e XVII.

Garantir a posse de terreno, flagelar o inimigo pelo fogo, impedir a rutura de posição e desmoralizá-lo constituía o objetivo primário do defensor. As trincheiras representavam um sistema de defensivo elástico e organizado à base de centros de resistência ou posições fortificadas, com uma profundidade que podia chegar até aos 15 quilómetros. Compreendiam três zonas de combate: (i) zona de cobertura sobranceira à terra de ninguém (frente ao inimigo), limitadas pelas redes de arame farpado, cabendo às unidades aí posicionadas informar da ação inimiga e retardar o seu avanço (companhias e batalhões); (ii) zona de resistência, guarnecida pelas forças em primeiro escalão, que tinham missão de impedir ruturas do dispositivo (brigadas); (iii) zona de combate, destinada a rechazar penetrações e a desencadear contra-ataques (divisões).

Associado ao terreno, o domínio da defesa no campo de batalha apoiou-se no fuzil de repetição de retrocarga, como a Mauser alemã ou a Lee-Enfield inglesa, com uma cadência de 10 a 15 tiros por minuto, na metralhadora Lewis ou Vickers, com destaque para os seus 450 a 600 tiros por minuto, e nas peças de artilharia que projetavam 20 granadas *shrapnel* com balas de aço por minuto até uma distância de 7 quilómetros. Dessa forma, atacar podia constituir um ato suicídio, obrigando as unidades a progredir debaixo de fogo indireto da artilharia às mais longas distâncias e durante centenas de metros sujeitas ao fogo direto das metralhadoras e espingardas.

Portanto, entre 1915 e 1917, a organização do terreno dominou a guerra e os exércitos combateram na assunção de que a defensiva podia conduzir à vitória através do desgaste físico e anímico do adversário. O espírito ofensivo foi obrigado a esperar pela evolução dos acontecimentos, até um momento em que o inimigo ficasse em situação de inferioridade ou que alguma inovação tecnológica ao nível dos meios bélicos, o permitisse.

Contudo, a manutenção de impasse motivou os comandantes à procura de formas de romper a frente, de modo a alargar a brecha e progredir profundamente no interior do

dispositivo adversário e atingir os seus postos de comando e centro de comunicações. Nas guerras precedentes, a rutura de posição e a decisão da batalha era competência da cavalaria. Entretanto, a guerra mudou, mas a verdade é que, em 1914, os beligerantes da I Guerra Mundial apresentaram-se com as suas unidades de cavalaria armadas de sabre e lança e treinadas para carregar no campo de batalha e abrir brechas no dispositivo inimigo. No entanto, em poucas semanas, os comandantes perceberam que a cavalaria cavaleiresca que atuava pelo choque estava desfasada do momento, até as clássicas missões de reconhecimento eram impraticáveis numa guerra de trincheiras.

As primeiras tentativas incidiram na associação artilharia de campanha e infantaria. Para o efeito, na zona do interior procedeu-se ao fabrico em larga escala de peças e canhões, morteiros, espingardas e munições de vários calibres. Concomitantemente, o recrutamento acelerou e aumentou em número, cabendo às locomotivas a missão de fazer chegar às zonas de combate homens e material em tempo útil. Mas os problemas surgiram. Em primeiro lugar, assistiu-se à multiplicação de peças de artilharia e a combates entre artilharias, fosse para preparação do campo de batalha ou assente na desarticulação de ofensivas, que iludiu sucessos iniciais de destruição de comunicações ou nichos de metralhadoras nas linhas mais avançadas. Porém, o resultado prático de dias de bombardeamento sucessivo foi a anulação do poder de fogo de ambos os lados, a incapacidade de destruição do sistema defensivo do inimigo e a devastação do campo de batalha pela multiplicação de crateras, que em muito dificultou o avanço das forças de infantaria e do próprio reabastecimento.

A artilharia foi a rainha dos campos de batalha, mas não foi a arma decisiva da guerra, porque carecia do necessário movimento para apoiar continuamente o avanço e assalto da infantaria. Na verdade, o defensor podia sempre mudar de posição ao abrigo do alcance da artilharia de tiro rápido inimiga, como podia proteger-se do efeito dos seus fogos no interior da trincheira. Uma vez cessado o fogo, a infantaria progredia desprotegida, em linha e emassada de baioneta calada pela terra de ninguém, com granadeiros e metralhadoras ligeiras na proteção dos flancos, tornando-se um alvo remunerador dos fuzis, metralhadoras e morteiros contrários. O exemplo que melhor ilustra estas considerações será a Batalha de Verdun: de iniciativa alemã, nela gastaram-se milhões de granadas de obus que quase exauriu a reserva de munições, morreram centenas de milhares de soldados e os avanços no terreno, à custa do inimigo, foram basicamente nulos. A mortandade tornou-se o mote, a quebra de recurso humanos, de munições e financeiros uma evidência e nem a utilização de minas, o uso de lança-chamas ou o lançamento de gás asfixiante, que facilitou inicialmente a abertura de brechas nas trincheiras inimigas, deu seguimento à rutura dos dispositivos adversários.

As trincheiras funcionavam como “antiarma” adequada face à artilharia, a metralhadora à infantaria e a máscara antigás às tentativas de gaseamento. Pelo exposto, infere-se que o incremento do fogo de artilharia para romper as defesas do inimigo contribuiu, na verdade, para mais e melhor elaboradas trincheiras, originando o aprofundamento da guerra estática. Entretanto, as pesadas baixas ocorridas em Verdun, Somme e Paschendaele evidenciaram que os recursos humanos eram não só perigosamente limitados como, na retaguarda, os efeitos de desagrado social, pela erosão de uma guerra

sem fim à vista, se faziam perigosamente sentir.

Relativamente às grandes ofensivas feitas com centenas de milhares de soldados, há outro aspeto a reter. A via férrea e as unidades de sapadores tornaram-se elementos imprescindíveis na guerra, quer para projetar contingentes para o campo de batalha quer para os sustentar em termos logísticos. O comboio também garantia rapidez de processos a nível estratégico, mas não tático. Afinal, uma vez chegados ao limite da estação de destino, homens e meios tinham que ser encaminhados até às unidades da frente, o que só podia ser efetuado com recurso ao músculo animal e humano e num terreno, já de si argiloso e húmido, que as crateras causadas pelos bombardeamentos tornaram ainda mais impraticável.

Sobre este tema convém ainda deixar três notas relativas ao lado alemão: a iniciativa de se enterrar no terreno competiu-lhe, enquanto forma de garantir a posse de terreno em solo francês, após o insucesso no Marne; até Verdun, a aposta na artilharia, como meio para vencer a guerra, também teve iniciativa sua; e o mesmo é dizer sobre a utilização do gás asfixiante, a partir da 1.ª Batalha de Ypres, em 1915. Assim, a motivação conducente à rutura da frente foi iniciativa inicialmente sua. Só em 1918, durante as grandes ofensivas de março a maio, é que os alemães voltaram a utilizar o mesmo sistema de armas combinadas contra os Aliados. Mas a condução assentou num modelo tático diferente: emprego de morteiros e canhões de curto alcance e maior mobilidade; utilização de granadas fragmentárias e tóxicas sem alunar o terreno, em apoio continuado da progressão da infantaria; esta baseava-se em grupos de combate independentes que, no seu todo, procuram avançar rapidamente brecha adentro; a consolidação do terreno e a eliminação de pontos fortes, deixados para a retaguarda, constituíam uma segunda fase da operação.

Se o binómio artilharia-infantaria tentado pelo estado-maior do *kaiser* para romper a frente fracassou, os Aliados definem o binómio infantaria-tanques; ou seja, a partir da utilização do motor e da inovação técnica dos veículos com lagartas, intenta-se um novo modelo tático capaz de ultrapassar o emaranhado de trincheiras e alcançar a rutura do dispositivo inimigo. Empregues pela primeira vez no Somme, em 1916, os tanques foram aperfeiçoados de tal modo que, em 1917, na Batalha de Cambrai, puderam já ser utilizados em massa e com assinalável êxito pelos Aliados, à frente e em apoio do avanço da infantaria. Contudo, a fraca potência do motor, a fragilidade das lagartas e da blindagem e a reduzida autonomia não eram ainda de molde a efetuar a exploração do sucesso depois de rompida a frente inimiga. De tal forma, que a rutura feita pelas duas centenas de tanques empregues na batalha foi rapidamente colmatada pelos alemães. Mais uma vez, a metralhadora ditava leis no campo de batalha.

No entanto, algumas modificações introduzidas, como o aumento da blindagem, potência do motor e capacidade estática de fazer fogo na «cara» do inimigo, fizeram do tanque um meio de que os comandantes não mais abdicariam. Afinal, era possível conciliar fogo com movimento e fogo com proteção. É verdade que não ultrapassou em definitivo o impasse das trincheiras, mas garantiu maior proteção às ações de infantaria, que viu o número de baixas descer significativamente e, na decisiva vitória aliada de Amiens, em 8 de agosto,

o comportamento dos tanques revelou-se determinante para o sucesso das vagas de atacantes da infantaria.

Entretanto, também a Alemanha empreende a construção de veículos blindados e ambos os contendores lhe associam o meio aéreo, outra novidade da guerra. Inicialmente, é utilizado como um meio de comando e linha avançada de observação e reconhecimento, informando da posição da artilharia, postos de comando e redutos das unidades inimigas. Depois, vai além de mero posto de controlo de tiro da artilharia ou de periscópio das forças terrestres, torna-se em artilharia aérea, bombardeando as zonas de combate posições e trincheiras. O vetor aéreo tornou-se parte da guerra.

Merece ainda referência o emprego de meios radioelétricos de comunicações no campo de batalha, com importância primordial nas ligações de campanha, que facilitaram a ação de comando. Então, a capacidade de comando e controlo no campo de batalha aumentou significativamente: utilização de dirigíveis, balões e aviões para reconhecimento do dispositivo do inimigo e regulação do fogo de artilharia; automóveis e bicicletas para transmissão de mensagens e ligação; o rádio para comunicação com as grandes unidades até longas distâncias; telefones e telégrafos que permitiam contato imediato com as unidades na linha da frente. Porém, os meios sem fios eram de transmissão lenta, as linhas telefônicas, sujeitas a contínuos cortes devido aos bombardeamentos, ficavam frequentemente inoperacionais, as viaturas automóveis atascavam na lama, os ciclistas era um alvo remunerador e o controlo a partir dos céus nem sempre era fiável e os meios aéreos rapidamente passaram a ser sujeitos ao fogo anti aéreo. Mas, sobretudo, os meios eletroeletrônicos revelaram-se insuficientes para comandar, em tempo útil, milhares de homens estendidos em centenas de quilómetros e emprestar uma percepção correta da marcha dos acontecimentos. Como resultado, era recorrente os comandantes das grandes unidades, uma vez colocada em marcha uma grande operação, ficarem arredados da sua evolução e contingências.

Em conclusão, a I Guerra Mundial foi caracterizada pela imobilidade; por duas ordens paralelas à espera que outros fatores, conduzissem à obliquidade. O que se foi tentando foi-o através de armamento substancialmente desenvolvido, como os canhões, obuses, fuzis e metralhadoras, ou de inovações como a utilização do gás, do tanque ou do avião, sem sucesso. O poder do número de militares disponíveis marcou muita da sua conduta e, no final, a superior capacidade de regeneração de forças pelos Aliados, a disponibilidade de mais e melhores meios, a ação de conjunto das forças combinadas e a unidade de comando sob o marechal Foch impuseram-se. Mais do que em qualquer outra guerra, os exércitos dependeram sobremaneira da zona do interior, pois transitara do campo de batalha para as indústrias de armamento e a conscrição e, neste aspeto, o enfraquecimento da economia imposta pelo bloqueio e a quebra de moral dos cidadãos ditaram a derrota alemã.

Como previra, em 1897, o banqueiro e filósofo polaco I. S. Bloch, no livro *A Guerra do Futuro e as suas Relações Técnicas, Económicas e Políticas*, a guerra começou com a pá, que se revelou tão importante para o soldado como o fuzil, desenrolou-se debaixo de um morticínio para os soldados soterrados nas trincheiras e terminou com o desabamento

das frentes internas, antes de os contingentes militares culminarem no campo de batalha, devido à bancarrota, à fome e aos tumultos sociais nos países vencidos.

2.3. Lições da Grande Guerra, general Adriano Beça

Relativamente à transformação dos assuntos da guerra, o general Adriano Beça escreveu um conjunto de dezanove artigos de raro fôlego nas páginas da *Revista Militar*, sob o sugestivo título *Lições da Grande Guerra*, entre agosto de 1919 e outubro/novembro de 1921. Artigos que foram compilados e publicados posteriormente em livro, pela Tipografia da Empêsa Diário de notícias, em 1922. Sobre o autor e respetivos conteúdos deixamos algumas anotações que complementam as considerações avançadas no subcapítulo precedente e normalizam o que é usual designar por lições aprendidas.

O general Adriano Acácio Madureira Beça nasceu em Vinhais, Trás-os-Montes, a 18 de novembro de 1857 e morreu em Miranda do Douro, a 1 de novembro de 1923. Oficial oriundo da Arma de Engenharia, assumiu, entre outras funções, as de chefe da 1.^a Secção do Comando Geral de Infantaria, secretário da Comissão de Aperfeiçoamento da Arma de Infantaria, secretário da Escola do Exército, chefe da 2.^a Repartição da 1.^a Direcção Geral da Secretaria da Guerra e vogal do Supremo Tribunal Militar e, a partir de 1906, chefe de Gabinete do Ministro da Guerra Vasconcelos Porto, com quem colaborou nas reformas militares levadas a efeito nos derradeiros anos da Monarquia. Foi ainda, na legislatura de 1906-1907, deputado pelo círculo de Bragança. Nos primeiros anos da República, e porque não foi um *adesivo*, manteve-se algo afastado de cargos públicos, sendo então convidado pelo Presidente Sidónio Pais para assumir o cargo de Comandante do Corpo Expedicionário Português em França, que não chegou a ocupar.

Publicista de renome e distinto escritor e historiador militar, do general Adriano Beça merecem referência os seguintes títulos: (i) *Formações Novas* (1895), obra cujos processos táticos foram adotados pelo Exército Português, ainda antes da Grande Guerra, e acompanhados pelo exército espanhol, alemão e austríaco; (ii) *A Evolução de Tática de Infantaria*, que mereceu o 1.^o Prémio da Revista de Infantaria e foi traduzido nesse mesmo ano para inglês e estudado em Inglaterra; (iii) *O Oficial nos Exércitos Modernos*, a sua preparação e a sua missão educadora, livro que foi premiado pelo Ministério da Guerra; (iv) *O General Silveira. A Sua Acção Militar na Guerra da Península*; (v) *Lições da Grande Guerra*.

Foi condecorado com a Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar, a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis e o Oficialato de Sant'Iago da Espada. Foi Sócio Efetivo da *Revista Militar*, a partir de 1921.

Os artigos, *Lições da Grande Guerra*, publicados pelo autor na *Revista Militar*, podem ser organizados, temática e cronologicamente, em nove partes, em conformidade com a especificidade dos conteúdos, de que extrairemos o essencial. Para o efeito, deixamos

uma nota complementar e um alerta: para cada tema relacionado com a Grande Guerra, o autor descreve, a montante, a sua evolução histórica e os principais factos enformadores da guerra, seja relativamente à conceção estratégica ou conduta tática, às armas combatentes (infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia ...) ou, por analogia com o passado, no que concerne à inovação de meios técnicos (metralhadoras, veículos terrestres motorizados de rodas e lagartas, elemento aéreo ...); para uma melhor compreensão, as ideias primaciais do autor apresentam-se conforme redigidas à época, quer em termos de conteúdo e terminologia, quer ao nível da caligrafia.

I - A evolução na arte da guerra^[42]

O artigo, que serve de introdução ao acervo no seu todo, releva o progresso do material de guerra ao nível da balística e o conseqüente poder destruidor que conferiu aos exércitos, os novos sistemas de fortificações, que evoluiu das praças-fortes para as fortificações de campanha, a utilização dos meios químicos, enquanto multiplicadores dos meios de combate, mediante utilização pela infantaria ou pelos obuses da artilharia, o carácter da luta nas trincheiras, que “exigia dos combatentes uma vigilância extrema, uma actividade febril, uma grande energia e uma tempera moral de primeira ordem” e as formas essenciais da guerra no contexto da problemática ofensiva versus defensiva, ou seja, a guerra de posições por oposição à guerra de manobra, que marcou os constrangimentos táticos do conflito.

II - Os novos inventos da guerra. A Aeronáutica Militar^[43]

Inicia com um conjunto de meios inovadores que emprestariam um *modus* inovador à guerra, nomeadamente, os aeroplanos, os zeplins e o balão dirigível (meios aéreos), a telegrafia ótica e sem fios e o telefone (meios eletromagnéticos), os tanques ingleses (meios terrestres) e o submarino alemão (meio naval).

A Aeronáutica, entendida como a quinta arma dos exércitos, merece ao autor dois textos, onde analisa a sua ação nas operações militares e antevê o seu futuro nas mais variadas utilizações, que não só as de carácter militar. A nível das operações militares define como objetivos da aeronáutica militar o reconhecimento estratégico e tático, raids para o lançamento de bombas e caça aos aparelhos inimigos, explicitando quais os meios adequados para a prossecução dos objetivos. A este respeito, refere que, enquanto os Aliados davam preferência à utilização de aviões (utilização tática), a Alemanha concentrou a atenção nos dirigíveis (utilização estratégica), fazendo um estudo comparativo entre as vantagens e desvantagens de cada um. Depois, para cada meio aéreo, discorre profusamente sobre técnicas de construção, capacidade e autonomia, deficiências, vulnerabilidades e empregabilidade durante a guerra, não ignorando os resultados alcançados pelos beligerantes. Também o hidroavião é referenciado, enquanto ramo da aeronáutica, tendo em conta a guerra no mar e a defesa da costa.

Como para cada arma há, por norma, a anti arma, o general Adriano Beça frisa a preocupação dos beligerantes em “fabricar canhões especiais para a execução de tiro anti-aéreo (tiro vertical) a fim de derrubar os aparelhos aeronáuticos inimigos”. Para tanto, desenvolve as características técnicas que a artilharia antiaérea deve possuir.

São-nos, também, apresentados os instrumentos auxiliares da aeronáutica militar, como as espingardas e metralhadoras e as câmaras fotográficas utilizadas em “aeroplanos bi-pessoais”, os espelhos convexos para o dia, luzes elétrica alimentadas por acumuladores para a noite, aparelhos transmissores de telegrafia sem fios e projetores de iluminação para identificar aviões inimigos.

Por fim, é feito um ligeiro estudo relativamente à composição orgânica dos serviços aeronáuticos dos beligerantes da *Entente*, avançando o autor com a visão de futuro que a nova arma conheceria. Para o efeito, alerta “não se iludam aqueles que nela apenas queiram ver mais uma especialidade ou ramo da arte militar. Qual sentinela vigilante do espaço, o aeroplano, no início das operações militares, vai surpreender as concentrações de tropas em país inimigo; fixa os pontos de concentração, donde é fácil de inferir as linhas de penetração seguidas pelo invasor. É, como se vê, uma arma que entra em função bastante tempo antes de começar a batalha, desempenhando uma grande parte das missões estratégicas até hoje cometidas á cavalaria de descoberta; acompanha a luta terrestre em todas as suas fâses, observando o campo inimigo ao mesmo tempo que sustenta o combate com aviões adversos”.

Termina com as valências, hoje utilizadas, do avião enquanto facilitador das “relações comerciais e industriais entre os diversos povos, imprimindo a maior rapidez ao transporte da correspondência postal, de passageiros e de mercadorias”.

III - O automobilismo e os tanques nas operações militares¹⁴⁴

O automobilismo a que o autor se refere nada mais é do que a motorização dos meios de transporte e de combate terrestres utilizados na guerra, desde os carros e camiões, até ao tanque. As suas valências são inegáveis, de tal forma que os estados-maiores estudaram a sua rentabilidade ao nível do movimento estratégico, do transporte logístico e da atuação tática. Depois de discorrer sobre a evolução dos meios motorizados, desde a sua utilização civil até a empregabilidade militar (ordem de marcha e formas de tração automóvel), o general Adriano Beça especifica o “automobilismo na Alemanha e nos exércitos inglês e norte-americano”, para se deter longamente na sua mais-valia relacionada com a Batalha do Marne, de 1914, que descreve de forma minuciosa.

São interessantes as conclusões que retira da mais marcante e decisiva batalha travada no início da guerra na frente europeia ocidental, que marcará a transição da manobra para as posições das trincheiras: “nessa batalha a superioridade da situação estratégica cabia aos franceses, mas a superioridade táctica estava do lado dos alemães. (...). O que salvou a situação e deu o triunfo aos aliados foram as altas qualidades guerreiras da raça

francesa (...). Foi o conjunto de tôdas estas qualidades que levou os franceses a resistir à outrance, agarrando-se ao terreno, defendendo-o com o seu sangue, com a sua vida, com todo o seu heroísmo. Esta resistência tenaz no combate deu tempo a que sucessivos reforços acorressem de tôda a parte à linha de fogo no Ourcq, tornando-se manifesta, claramente visível, neste momento crítico para a França, a importância do automobilismo que havendo prestado relevantes serviços no decurso da batalha, corôou a sua obra transportando a toda a velocidade ao campo de luta os últimos 20.000 combatentes aproveitáveis da guarnição de Paris”.

Neste paralelismo, a importância dos veículos motorizados segue do Marne para a batalha de fronteiras e a imensa movimentação dos exércitos em direção ao mar através dos “comboios de automóveis”, na procura de contornar e ultrapassar as defesas do inimigo, fixa ainda a campanha da Galícia, de 1915, a defesa aliada de Verdum, em 1916, e a campanha da Roménia, ocorrida no mesmo ano.

O último artigo desta série dedicada aos veículos motorizados centra-se nos “tanks, ou modernos carros de assalto”. Curiosamente, e por comparação com outros meios bélicos, a referência é curta, talvez por não ser ainda bem perceptível as suas características. 1915 é o ano marcante, quando os alemães, incapazes de romperem as defesas franco-britânicas, organizam defensivamente o terreno, de modo a manterem as posições em solo francês, enquanto “vibravam golpes decisivos no teatro de guerra oriental”. Foi neste contexto de impasse que os Aliados pensaram “num novo instrumento de combate que permitisse triunfar da tenaz resistência da linha alemã. (...). Ocorreu então aos ingleses a idea de construir um veículo automóvel couraçado, com grande mobilidade em todos os terrenos e com capacidade ou potência de reduzir os ninhos de metralhadoras, de derrubar muros de pequena altura e de destruir as redes de arame farpado do inimigo, transportando canhões para anular a resistência que o adversário pudesse oferecer”.

Depois, cita algumas das batalhas, a seguir ao Somme, onde a utilização do *tank* foi útil, como em Arras, Messines e a 3.^a batalha de Ypres. Refere também a artilharia de assalto «inventada» pelos franceses (peças de 75 mm colocadas em automóveis couraçados), que acompanhava a infantaria em direção às linhas do inimigo e, por fim, identifica os tanques enquanto meios integrantes do exército alemão, a partir das ofensivas de 1918.

IV - O emprego pela artilharia pelos principais exércitos beligerantes^[45]

“A artilharia adquiriu grande desenvolvimento e uma extraordinária importância na guerra de 1914-18”; é desta forma que a análise da arma rainha da I Guerra Mundial é iniciada. Com precisão, é caracterizada a artilharia de cada um dos atores em conflito - exército francês, alemão, inglês, austríaco, russo, italiano, americano - tanto ao nível da produção industrial, sua orgânica em ordem de batalha e disposição tática, como relativamente à mobilidade, calibragem, precisão e cadência de fogo das peças. A

capacidade das artilharias dos beligerantes é também comparada.

Seguem-se as “tendências para uma nova classificação do material de artilharia, devido à “anomalia” dispersa com que as diversas peças eram catalogadas, levando em linha de conta a mobilidade (tração animal, mecânica ou a vapor), o peso e o calibre das peças e a potência de fogo. Assim, a artilharia fica encerrada em duas categorias: (i) artilharia de campanha, composta pelos “canhões cujo calibre não excede a 9 centímetros” (artilharia ligeira) e que se podem mobilizar pelos seus próprios recursos e acompanhar as incidências da batalha; (ii) artilharia pesada, cujos canhões têm calibre superior a 9 centímetros, constituída pela artilharia pesada de campanha, que inclui as baterias montadas e as baterias que se deslocam na “cadencia do passo”; e a artilharia pesada de posição, ou “artilharia pesada de grande potencia”, que não dispõe de elementos próprios de tração e cuja mobilidade não permite emprega-la em todas as circunstâncias” (costa, marinha e de praças-fortes).

Relativamente à artilharia, é por fim apresentada uma “idea geral sobre o emprego dos canhões de pequeno e grande calibre no campo de batalha”: (i) os canhões de pequeno calibre (artilharia de trincheira) “empregam-se para contrabater a artilharia similar adversa. A sua especialidade é o tiro de contenção para auxiliar um ataque ou para rechaçar um contra-ataque do inimigo”, podendo também bater “eficazmente as metralhadoras adversas” - tiro próximo; (ii) os canhões de médio calibre (artilharia pesada de campanha), empregam-se, em geral, como contrabatarias e para a destruição das obras ligeiras de fortificação de campanha”, podendo “cooperar com a artilharia de pequeno calibre no fogo de contenção, quer no ataque, quer na defesa, e com a artilharia de grande calibre, - artilharia pesada de posição -, no tiro de barragem; (iii) a artilharia pesada de posição “contrabate a inimiga, destruindo os seus pontos de apoio e soterrando as tropas nos seus abrigos”; (iv) a artilharia pesada de grande potência “é especialmente indicada para bombardear localidades situadas á retaguarda das linhas adversas, destruir obras de fortificação mais consistentes, assim como para bater as linhas férreas, nós de comunicações, pontos e vias de reabastecimento, bivaques, parques de aviação e instalações de aviões cativos.

V - O emprego das metralhadoras e espingardas automáticas pelos exércitos beligerantes^[46]

No que concerne à metralhadora, é referido que a grande guerra de 1914-1918 consagrou a sua importância no campo de batalha. De tal forma que “este engenhoso instrumento de guerra revelou um tal poder de destruição das resistências vivas em luta que, pela sua notável eficiência no campo da acção, veio determinar profundas modificações, nos processos táticos das diversas armas e no complicado maquinismo do combate moderno”. E para o ilustrar, o autor refere que “no decurso da guerra havia-se demonstrado por uma forma exuberante, insofismável, que uma metralhadora estabelecida em posição conveniente e maneiada por mãos peritas, bem treinadas, podia defrontar-se vantajosamente com duas companhias inimigas e resistir ao embate dum

batalhão de infantaria”. Os exemplos estudados em termos de armas são a Lewis, Vickers, Colt e Browning (utilizadas pelos aliados), a Maxim (alemã), a Schwarzlose (austríaca), a Perino (utilizada pelos italianos).

O texto aborda ainda a organização das metralhadoras e o seu agrupamento tático no campo de batalha - poder de fogo ofensivo ou defensivo, em unidades independentes ou em apoio da infantaria ou da cavalaria, ou até, mais remotamente, enquanto reserva de fogo. A importância crescente do seu poder de fogo levou a um aumento progressivo da sua disseminação, a par das espingardas, nos exércitos beligerantes. As preocupações com o seu rendimento no campo de batalha motivou a ponderação dos métodos de transporte da arma, que consistia: “dorso, em viaturas, sob rodados, em side-car, sobre automóveis simples e até sobre automóveis blindado”s. Para se chegar à conclusão que a tração mecânica aumentava “o valor das metralhadoras no campo de batalha”. Por fim, é ensinado como as metralhadoras devem ser empregues no combate moderno, tanto na ofensiva (apoio de fogos da artilharia, “ossatura das linhas de ataque”, posição de assalto, consolidação de reduto conquistado ou perseguição pelo fogo), como na defensiva (barragem de acesos, posições destacadas, pontos de apoio, ninhos de metralhadoras, anti tank). Uma nota final para as especificidades a que deve obedecer o “recrutamento do pessoal metralhador”.

VI - A Infantaria^[47]

Sugestivamente, o general Adriano Beça inicia com uma frase do marechal Foch “a artilharia abala a resistência do adversário, compete à infantaria vencê-lo”, que complementa com um debate em torno da questão artilharia-infantaria, citando “ a artilharia conquista o terreno e a infantaria ocupa-o” ou ainda “as armas que decidem as batalhas são as espingardas e as metralhadoras”, para discorrer sobre a proclamada rainha dos campos de batalha e as especificidades a que a Grande Guerra a sujeitou, que colocou em causa máximas assumidas ao longo de séculos de guerras.

Por isso, define que “é mister, pois, estudar os princípios essenciais do combate, o seu mecanismo e desenvolvimento completo, especialmente na parte que se refere à infantaria, que sendo a arma principal dos exércitos, é também na opinião autorizada de Von Scherff, a única capaz de exercer sobre a tática uma acção de direcção, dependendo a tática de conjunto, ou tática combinada, da maneira como fôr empregada a infantaria no combate”. A Grande Guerra e as exigências do combate terrestre alterou “a constituição orgânica das unidades”, desde logo no exército alemão, que o autor analisou em particular. De facto, adotou “a ordem ternária na divisão (...) desaparecendo a brigada como unidade intermediária entre o regimento e a divisão”, enquanto “o corpo de exército podia incluir 3 a 5 divisões”. Os regimentos, enquanto unidades táticas fundamentais, incluíam, além do armamento tradicional como as espingarda ou metralhadoras, “granadas de mão, lança-granadas, lança-minas, lança-chamas e lança-gases”, que “concorreram eficazmente para o mais cabal desempenho da complexidade de serviços que a conflagração europeia veio impor às unidades da

infantaria”.

Depois, comenta os dispositivos de combate da infantaria, com as unidades escalonadas em ordem de batalha em duas ou mais linhas e uma reserva, consoante o combate se travava nas trincheiras ou em campo aberto. Na ofensiva, “o processo empregado para o ataque consistia em sucessivas linhas de atiradores, constituindo as denominadas *ondas* ou *vagas de assalto*, lançadas em direcção aos objectivos escolhidos”, que podiam ser mais densas ou dispersas. Destaque para os batalhões de assalto, “verdadeiras tropas de elite”, a quem se pedia a decisão em momentos específicos da batalha. Contudo, o ataque por vagas sucessivas, destinado a obter o máximo de potência em profundidade, obedecia a um princípio regulador: “nenhum limite pode marcar-se ao ataque da infantaria”.

E conclui, “a táctica alemã do campo de batalha inspirava-se no principio napoleónico de vibrar golpes sobre golpes, sem deixar descansar o inimigo, fazendo convergir sobre os centros da resistencia adversa sucessivas massas de tropas, tendo em vista a máxima do grande capitão dos tempos modernos de que a fôrça dum exército, como a fôrça dum movimento em mecânica, se avalia pela massa multiplicada pela velocidade”.

VII - A Cavalaria^[48]

A cavalaria, arma de decisão tática, foi empregue, com relativo sucesso, durante as fases de movimento da guerra, para decair de importância à medida que a guerra de trincheiras se impunha e o movimento se restringia. De tal forma que passou a combater como infantaria, isto é, apeada e com as armas utilizadas por esta; a partir de 1916, a sua utilidade foi repensada, utilizando-a quando fosse possível e necessário romper por uma brecha aberta no dispositivo adversário ou para efetuar a exploração do sucesso obtido pelas outras armas. Esta máxima tornou-se particularmente notada no exército francês, que no final da guerra banuiu a tradicional lança do homem montado.

Extraído das diretivas do comando do exército francês, é possível aferir o emprego da cavalaria decorrente dos ensinamentos da Grande Guerra: “(i) ao passo que antes da guerra se considerava geralmente a exploração como o campo de actividade o mais normal e o mais frutuoso da cavalaria, esta arma precisa o mais das vezes abandonar essa missão á aviação. Ao contrario, a participação da cavalaria na batalha, que era geralmente considerada como uma eventualidade cada vez mais rara, constitue hoje a sua missão principal. Na realidade, todas as transformações, todos os acréscimos de meios de acção teem sido feitos em vista de lhe permitir sustentar um combate ofensivo duradouro; (ii) o cavalo é utilizado para levar rapidamente grupos de fogo á batalha; depois, durante a acção, transporta-los para os flancos ou para a retaguarda do inimigo. Os casos em que a cavalaria pode intervir a cavalo e á arma branca, sobretudo em grandes unidades, são raros; (iii) só a parte tratando do combate a pé foi criada e dotada com todas as peças. As evoluções a cavalo, o serviço de campanha continuam a regêr-se pelos regulamentos existentes antes da guerra; (iv) na parte respeitante aos métodos de *combate*, a idéa fundamental reside na combinação do combate de frente a pé com o

envolvimento a cavalo, procurando os flancos do inimigo. É principalmente por meio do canhão e das armas automáticas que se procura atingir este ponto fraco; (v) quando se fala da intervenção da cavalaria no combate, deve por via de regra supôr-se que ela é apoiada por elementos auxiliares muito poderosos, que fazem parte orgânica ou não das grandes unidades de cavalaria (canhões, apoios da infantaria, aviões, carros de assalto, etc.); (vi) a cavalaria divisionaria tem sempre uma missão de combate; (vii) a ligação desempenha um papel importante em todas as operações e isto explica a diversidade dos vários meios postos em acção para este fim”.

O general Adriano Beça aventa, em conclusão, a evolução ao nível dos processos táticos e estratégicos da cavalaria dos principais exércitos beligerantes, decorrente da I Guerra Mundial: “a cavalaria continua a ter o seu emprego tactico no combate, talvez em mais larga escala, sem prescindir da sua aplicação estrategica nas grandes operações da guerra, nos reconhecimentos de bosques, dos povoados e de outros lugares onde podem ocultar-se tropas, que a aviação dificilmente descobriria. De futuro, a luta de trincheiras não imobilizará frente a frente por tão largo espaço de tempo, como sucedeu na recente conflagração, os exercitos adversos, porque será difícil reproduzir um conjunto de circunstancias identicas àquelas que se seguiram às sanguinolentas jornadas de Charleroi e do Mame. Os progressos do armamento tornando mais potentes os efeitos do fogo levarão os adversarios a aproveitar mais largamente os pontos de apoio oferecidos naturalmente pelo terreno, ou organizados pelas tropas no campo de batalha. A cavalaria terá de recorrer frequentemente ao fogo das suas carabinas e das suas metralhadoras. As cargas serão raras, especialmente o choque á arma branca, mas na refréga tornar-se-á ainda necessario o emprego da pistola. A cavalaria recorrendo com mais frequencia ao combate a pé carecerá de ser apoiada por uma artilharia mais numerosa. A lança será banida, visto s6 ter aplicação nas cargas e constituir um sério embaraço na refrega”.

VIII - A Engenharia e os serviços auxiliares^[49]

Particularmente no teatro de guerra da Europa Ocidental, os progressos e importância da engenharia militar foram notáveis. O resumo, vertido a este respeito pelo autor, ele próprio oficial de engenharia, é clarificador: “a tendencia para o alargamento dos meios tecnicos, o sistema das especializações levado até às pequenas unidades de tropas ou de serviços militares, os novos engenhos e inventos de guerra, os aviões, os dirigiveis, os gases asfixiantes, a descoberta de explosivos de maior potência prolongando indefinidamente a luta entre o canhão e a massa cobridora, determinaram, como era natural, uma grande ampliação dos serviços proprios da engenharia e o consequente acréscimo das unidades correspondentemente organizadas. Sendo multiplos os serviços cometidos à engenharia militar desde o outono de 1914 e atingindo estes serviços no decurso da guerra um extraordinario desenvolvimento foi mister, não obstante o aumento consideravel de efectivos desta arma, tornar independentes alguns serviços das novas especialidades técnicas, subordinando outros às unidades da infantaria, de forma a deixar as tropas de engenharia militar, propriamente dita, especialmente entregues à ardua missão de dirigir e executar a fortificação do campo de batalha, e da construção,

reparação e destruição das comunicações, serviços que assumiram uma considerável importância na última guerra. A natureza dos serviços das tropas de engenharia divergia bastante segundo as formas essenciais de fazer a guerra. Na defensiva eram geralmente aproveitadas as aptidões técnicas combativas desta arma, empregando-a, conjuntamente com tropas auxiliares, na fortificação e organização defensiva do campo de batalha, na disposição de acampamentos e de acantonamentos em segunda linha, ou na construção de alojamentos de ocasião, tornando-se muitas vezes efectiva a sua cooperação tática no combate para ajudar a repelir os potentes assaltos do adversário, ou a participar no supremo contra-ataque dos defensores da posição ocupada. (...). Na ofensiva, além da destruição dos obstáculos antes ou durante o assalto, o objectivo principal da engenharia militar consistiu na conservação e restabelecimento das comunicações, condição essencial da impulsão para a frente do material pesado. Assim, a reparação das estradas e das vias férreas, ou a construção de novas artérias de comunicação, a construção de pontes militares ou a reparação das destruídas pelo inimigo foi a mais árdua e importante missão das tropas de engenharia”.

Sobre os serviços auxiliares, destaque para os serviços de subsistências, o serviço de munições e os serviços sanitários que tiveram um incremento e uma importância vital para alimentar e cuidar das tropas e abastecer o combate.

IX - A guerra de posições e os diversos escalões de ataque^[50]

Relativamente a considerações gerais sobre a batalha na Grande Guerra, o autor refere que “a grande duração da última guerra, fazendo pôr em jogo os múltiplos elementos de acção e os variados instrumentos de combate que a actividade e o engenho dos beligerantes iam sucessivamente inventando e utilizando de forma a obter deles o máximo rendimento e a eficiência de que eram susceptíveis na luta, permitiu que os processos de ataque e de defesa se aperfeiçoassem de ano para ano, atingindo em 1918 um grau de progresso que excedeu as previsões dos grandes homens de guerra”. De permeio, debate a relação entre estratégia e tática, ofensiva e defensiva, operação por linhas interiores ou exteriores, marcando diferenças de concepção entre os Aliados e a Alemanha e dando exemplos ocorridos durante a guerra. Elenca também as formas de manobra passíveis de utilização para romper os dispositivos inimigos (ataque frontal, envolvimento ou a combinação das duas, o torneamento e ataque pela retaguarda, o efeito surpresa). Refere de seguida a sensível questão da mobilização, definindo apropriadamente que “a mobilização é a operação preliminar que estabelece a transição do pé de paz ao pé de guerra”; foi o que efetivamente aconteceu em julho/agosto de 1914.

Mas o tema central dos últimos textos do general Adriano Beça prende-se com a guerra de posições e a necessidade de rutura da frente, de modo a permitir a manobra; afinal, essa foi a imagem que Grande Guerra legou para a posteridade. Do lado francês, a primeira opção para romper a frente alemã (setor de Arras, abril de 1915) foi através de intenso fogo de artilharia, seguido de assalto pela infantaria, mediante reiteração de

esforços. A ação não teve sucesso. Seguiu-se idêntico processo concretizado por forças combinadas anglo-francesas (região de Champagne, setembro de 1915), também sem efeitos práticos. Entretanto, os alemães aproveitaram para organizar a defesa através de uma sucessão de linhas em profundidade. Seguiu-se o Somme, colocando-se as peças de artilharia mais avançadas, de modo a bater as 1.^a e 2.^a linhas germânicas, as peças de pequeno e médio calibre foram deslocadas após a conquista da 1.^a linha, para bater a linha seguinte, “sobre a qual se lançariam fortes colunas de tropas frescas de infantaria, procedendo-se identicamente sobre outras linhas organizadas à retaguarda pelo adversário”. Contudo, a aplicação não foi judiciosa entre os dois aliados e os resultados alcançados foram mitigados. Em Aisne (abril de 1917) o fogo de artilharia incidiu durante seis dias sobre as duas linhas defensivas e, desta vez, procurou-se “realizar-se dum só golpe a ruptura de ambas as linhas pelo emprego de fortes massas de infantaria lançadas ao assalto dessas posições”. Sem êxito.

Aprendendo com os insucessos dos Aliados, nas ofensivas germânicas de 1918, nomeadamente a de 21 de março, a concentração das divisões foi realizada de noite, “a artilharia apenas executou uma curta, mas violentíssima preparação, empregando obuses tóxicos e fumígenos para cegar o inimigo e paralisar a defesa” e “as tropas especiais de assalto, as *stosstrupen*, foram dispostas para vibrar o golpe certo”. Apesar do avanço espetacular, de cerca de 30 km, “a intervenção de grandes massas de cavalaria francesa, seguida do afluxo de grandes reservas (...) conseguiu sustentar a irrupção teutónica sobre Amiens”. Os princípios da ofensiva, definidos por Ludendorff assentaram então em três fases: “obtenção da surpresa; concentração de meios de combate durante um tempo relativamente curto e simultaneamente sobre uma profundidade de terreno tão grande quanto possível; a rapidez e a energia na execução”. Relativamente à “batalha e ruptura”, foi determinado que a ofensiva se desenhava em seis fases: “(i) preparação e penetração na linha inimiga; (ii) tomada da artilharia adversa; (iii) assegurar energeticamente a posse do terreno adquirido na luta, rechassando os contra-ataques do inimigo; (iv) progressão para a frente da massa de artilharia e de tropas frescas de infantaria, (v) novos ataques contra os centros da resistência da frente defensiva e consequentes reacções ou contra-ataques do inimigo; (vi) exploração das brechas abertas na linha defensiva - perseguição”.

Os alemães reiniciaram, então, o processo lançando mais duas grandes ofensivas (9 de abril e 27 de maio), mas com resultados que não conduziram os Aliados à capitulação.

Antes pelo contrário. Às ofensivas falhadas dos alemães sucederam os contra-ataques que dariam aos Aliados a vitória definitiva na guerra.

Em 31 de outubro de 1917, o exército francês fixa um corpo de conceitos dedicados à ofensiva, dividida em três partes: “escalonamento em profundidade e organização das unidades para os combates; manobras de parada para frustrar os ataques do inimigo; manobras de ataque, para fixar o adversário ao terreno e persegui-lo, se ele pronunciar a retirada”. Como “uma acção ofensiva pode comportar diversos ataques simultâneos ou sucessivos” e “pode durar vários dias”, o ataque deve assegurar a “conquista do terreno (...), com aprisionamento ou destruição dos efectivos e a apreensão do material, (...) e a

conservação das vantagens obtidas”. Para tanto, “as condições essenciais do êxito de um ataque são “a superioridade dos meios, a surpresa, uma preparação completa”, devendo os objetivos ser judiciosamente selecionados.

Um derradeiro apontamento para referir que, em 1918, os ataques aliados obedeceram a um comando unificado (marechal Ferdinand Foch) e à utilização de armas combinadas (artilharia, infantaria, cavalaria, engenharia, meios aéreos e tanques), segundo o seguinte esquema: “desencadeamento do ataque e progressão para o primeiro objectivo intermédio; ocupação do objetivo normal e consolidação do terreno conquistado; progressão ofensiva em terreno livre.

A França foi vencedora da Grande Guerra e, sem surpresas, em 1920 reviu e modificou a Instrução de 20 de dezembro de 1917, que regulava as ações defensivas das grandes unidades na batalha: “organização da defesa; desenvolvimento das acções ofensivas”. Como condições essenciais para a organização da defesa referia-se: “(i) o escalonamento em profundidade das tropas empregadas; (ii) a conveniente organização defensiva do terreno; (iii) a indagação e a exploração das informações; (iv) o estabelecimento dos planos de defesa”.

A verdade é que os planos de defesa marcaram a França nos anos subsequentes à guerra, quer ao nível da fortificação, emprego conjunto das armas (infantaria, artilharia e aviação), emprego de reservas, assunção de um espírito nacional de soberania pátria, defesa anti aérea, contra golpes de mão. Pelo que se percebe da exaustiva descrição do general Adriano Beça, a doutrina ofensiva e defensiva subjacente às Instruções Francesas de 1917 marcaram a conduta francesa na derradeira fase da I Guerra Mundial e condicionam o país nos anos do pós guerra. A crença nas virtudes defensivas da inexpugnável linha Maginot, associada à intransponível floresta das Ardenas, originaram um resultado nefasto em 1940, quando a *Blitzkrieg* da Alemanha de Hitler (associação tática de carros combate, infantaria e aviação) derrotou e ocupou a França em apenas seis semanas.

Nota Final - O Caso Português

Se a I Guerra Mundial ocorreu devido ao dilema da segurança sentido pelas grandes potências e viveu a transformação da guerra, Portugal experimentou o dilema da neutralidade política e os constrangimentos da intervenção militar. Portugal foi beligerante no teatro de operações da Europa Ocidental, porque o Partido Democrático, no poder, assim o decidiu, ao arrepio de convergências no contexto político-partidário e contra a vontade da Nação. Os constrangimentos de índole militar assentaram na inexistência de um aparelho militar consentâneo com a tipologia de guerra em curso e, sobretudo, na relutância do corpo de oficiais do Exército em participar num conflito «estranho» relativamente aos desígnios percebidos.

Na verdade, a participação militar portuguesa no teatro de operações europeu está eivada de contradições históricas, equívocos políticos e constrangimentos estratégico-militares.

Em todas as guerras europeias precedentes, Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1715), dos Sete Anos (1756-1763) e da Revolução (1793-1815), a postura estratégica portuguesa foi no sentido da proclamação da neutralidade, que nunca foi sustentada, por cinco ordens de razões: (i) política externa incoerente e difusa; (ii) ausência de um aparelho militar dissuasor; (iii) o território português era central relativamente à confrontação entre o poder marítimo (Reino Unido) e o poder terrestre (França); (iv) necessidade de preservação dos domínios ultramarinos; (v) a Espanha era o crónico ator perturbador, alinhando sempre com a potência terrestre, por oposição a Portugal.

A expectativa estratégica de Portugal face à I Guerra Mundial difere, realmente, das anteriores, desde logo porque, pela primeira vez, não pretende a neutralidade, mas um lugar no concerto das nações beligerantes, «sugerindo» a adesão ao bloco aliado onde pontificava o Reino Unido. Neste contexto, a postura neutral da Espanha colocou Lisboa como «representante» da Península no conflito, o que equivale a dizer que, de novo, Portugal está onde não está o vizinho ibérico. Relativamente à «potência continental agressora», a França (aliada de Portugal) é substituída pela Alemanha. No entanto, mais uma vez a questão imperial está presente, assente na necessidade de preservação dos domínios africanos^[51].

Não é comum que um pequeno país como Portugal aceite, com indisfarçável satisfação, uma declaração de guerra de uma grande potência como Alemanha. Mas a realidade foi essa. Lisboa forçou a aceitação de beligerância a um Reino Unido renitente, que pretendia meramente o concurso de serviços auxiliares para o esforço de guerra europeia e facilidades operacionais nos limítrofes territoriais portugueses na África Austral, e a uma França complacente, que solicitou apoio em material de artilharia, mas sem as guarnições, e contra uma Alemanha da qual pouco ou nada tinha a temer a nível europeu.

Apresentando-se como fiel aliada da Inglaterra, Portugal foi para a guerra para preservar as possessões africanas face à pressão militar da Alemanha no Sul de Angola e no Norte de Moçambique e para controlar (vigiar) a interação do Reino Unido no ambiente estratégico africano. Trata-se de um imperativo estratégico, um objetivo vital de defesa de soberania, aceite na generalidade. Relativamente à intervenção militar na Flandres, obedeceu a interesses setoriais e uma mera opção político-partidária, resvalando para objetivos secundários mal compreendidos^[52].

A pressão portuguesa junto do governo de S. Majestade Britânica vingou. Inclusivamente, pôde definir o teatro de operações, se tivermos em conta que os Aliados terão equacionado a canalização do esforço de guerra português para a região centro-sul da Europa, enquanto força de moldagem, tendo em conta a retirada dos Dardanelos, depois do fracasso de Gallipoli. Portanto, conforme proclamado em Diário do Governo, “pela primeira vez, de há cem anos a esta parte, a bandeira de Portugal flutuará, de novo, nos

campos de batalha de Europa”.

Portugal aprontou um corpo expedicionário (corpo de exército a duas divisões) em Tancos, com mais de 55 000 homens, que projetou para a frente da Flandres e combateu ao lado do I Exército Britânico. No entanto, os problemas avultaram. Com um treino efetuado à portuguesa, em Tancos (desfasado da realidade da guerra de trincheiras), guerra à inglesa (modelo técnico-tático), em território francês, sobre a inclemência de um clima belga e contra um inimigo alemão, o ambiente tinha todos os ingredientes para correr mal. E correu, associando-se-lhe as dificuldades de mobilização, devido a crónicos problemas de disciplina, e à ausência de rendição das forças de teatro, por inexistência de meios marítimos próprios (apesar do apresamento de cerca de 70 navios mercantes, a 9 de março de 1916, que foram colocadas na esfera do controlo britânico) e da indisponibilidade de fornecimento pelo Reino Unido, que argumentou com a urgência de apoio à canalização de forças americanas para a Europa.

O desastre confluiu a 9 de abril de 1918, em la Lys, um dia de inferno para a 2.^a Divisão portuguesa (remanescente do corpo de exército) que, em fase de rendição e retirada de setor (12 km, Fauquissart-Neuve Chapelle-Ferme du Bois), sofreu a ofensiva do 6.^o exército alemão, no contexto da operação Georgette^[53]. O resultado de toda a equação foi o fim do Corpo Expedicionário Português (quase 2 000 mortos, mais de 5 000 feridos e cerca de 7 000 prisioneiros e desaparecidos num só dia), relevando-se, no entanto, atos de puro heroísmo, como da 4.^a brigada do Minho (infantaria 3, de Viana do Castelo, 8 de Braga, e 20 de Guimarães), na defesa de Fauquissart e Laventie, ou de infantaria 13, de Vila Real, em Lacouture^[54].

O general Adriano Beça, apoiando-se no livro *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra*, do general Gomes da Costa (curiosamente sem referir o autor), centra o texto relativo à participação militar portuguesa no conflito na análise do dispositivo tático defensivo do CEP, que critica relativamente à extensão da frente, posicionamento e escalonamento em profundidade das brigadas, reduzido contingente e falta de apoio britânico nos acontecimentos de 9 de abril^[55].

Dos cerca de 105 000 efetivos mobilizados para a guerra em África e na Flandres, verificaram-se 38 000 perdas - 36% do total. É um desastre militar sem paralelo na História de Portugal.

No final do conflito, a soberania em África estava assegurada e a República inserta no concerto das nações. Mas o País herdou um Exército desmoralizado e quantitativamente desproporcionado e uma Marinha que, conforme lamentou o comandante Pereira da Silva, atingiu o «zero naval». O resultado foi o aumento das tensões entre a classe política e o corpo de oficiais, com aquela a culpar este pelo fraco desempenho no conflito e os oficiais, revoltados pela obrigação de participarem numa guerra alheia, a culparem os políticos pelas derrotas e humilhações sofridas^[56]. Que confluíram no 28 de maio de 1926, a queda da 1.^a República e a instauração da Ditadura Militar.

Por isso, o general Gomes da Costa, que comandou a 2.^a Divisão em La Lys e encabeçou a

revolta militar de 1926, escreveu “se não obteríamos resultados superiores limitando a nossa acção militar ao Ultramar, batendo os alemães nas duas costas de África, o que era relativamente fácil e, apoderando-nos das nossas colónias, concluída a guerra, liquidaríamos a nossa situação financeira e colonial”¹⁵⁷¹.

Bibliografia

BECKER, Jean-Jacques, *A Grande Guerra*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005.

BEÇA, Adriano Accácio Madureira, *Lições da Grande Guerra*, in *Revista Militar*, Ano LXXI, agosto a dezembro de 1919; Ano LXXII, janeiro a março de 1920, maio a outubro de 1920 e novembro e dezembro de 1920; Ano LXXIII, janeiro a novembro de 1921.

BRUNET, J. e LAUNAY, M., *Entre as Duas Guerras*, Lisboa, D. Quixote, 2000.

COSTA, Gomes da, *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys*, Porto, Renascença Portuguesa, 1920.

COUTO, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1988.

DELLINGER, D., *Um Século de Guerra no Mar*, Editora Nautica Nacional, 2010.

FERGUSON, Niall, *A Guerra no Mundo*, Porto, Editora Civilização, 2006.

FERRO, Marc, *História da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*, Lisboa, Edições 70, 1992.

FREIRE, Miguel, *O Corpo Expedicionário Português*, <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/Forms/AllItems.aspx> (pdf).

FULLER, J. F. C., *L’Influence de L’Armement sur L’Histoire*, Paris, Payot, 1948.

HART, Liddell, *As Grandes Guerras da História*, S. Paulo, Ibrasa, 1963.

HOWARD, Michael, *A Guerra na História da Europa*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

KAGAN, Donald, *Sobre as Origens da Guerra e a Preservação da Paz*, 1.º Vol., Braga, Temas da Actualidade, 1995.

KEEGAN, John, *A Primeira Guerra Mundial*, Porto, Porto Editora, 2014.

KENNEDY, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Rio de Mouro, Publicações Europa-América, 2007.

KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 1996.

MACMILLAM, Margaret, *A Guerra que Acabou com a Paz*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2014.

MARTINS, Dorbalino dos Santos (coord.), *Estudo de Pesquisa Sobre a Intervenção Portuguesa na 1.ª Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres*, Lisboa, Estado-Maior do Exército/Direcção de Documentação e História Militar, 1995.

PERRE, Jean, *Les Mutations de la Guerre Moderne de la Révolution Française à la Révolution Nucléaire (1792-1962)*, Paris, Payot, 1962.

PINTO, Jaime Nogueira, *Ideologia e Razão de Estado. Uma História do Poder*, Porto, Civilização Editora, 2013.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso, *História da Propaganda*, Lisboa, Planeta Editora, 1993.

RÉMOND, René, *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*, Lisboa, Gradiva, 2009.

SANTO, Gabriel Espírito, *Da Arte da Guerra à Arte Militar*, Lisboa, Tribuna da História, 2013.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos, *Apontamentos de História para Militares*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1979.

STEVENSON, David, 1914-1915, *The History of the First World War*, Penguin Books, 2005.

STONE, Norman, *Primeira Guerra Mundial. Uma História Concisa*, Alfragide, D. Quixote, 2011.

^[1] — Donald Kagan, *Sobre as Origens da Guerra e a Preservação da Paz*, 1.º Vol., Braga, Temas da Actualidade, 1995.

^[2] — Jaime Nogueira Pinto, *Ideologia e Razão de Estado. Uma História do Poder*, Porto, Civilização Editora, 2013.

^[3] — Margaret Macmillam, *A Guerra que Acabou com a Paz*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2014.

^[4] – Jaime Nogueira Pinto, ob. cit.

^[5] – Paul Kennedy, Ascensão e Queda das Grandes Potências, Rio de Mouro, Publicações Europa-América, 2007.

^[6] – René Rémond, Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias, Lisboa, Gradiva, 2009.

^[7] – Donald Kagan, ob. cit.

^[8] – Niall Ferguson, A Guerra no Mundo, Porto, Editora Civilização, 2006.

^[9] – J. Brunet e M. Launay, Entre as Duas Guerras, Lisboa, D. Quixote, 2000.

^[10] – J. Brunet e M. Launay, ob. cit.

^[11] – Henry Kissinger, Diplomacia, Lisboa, Gradiva, 1996.

^[12] – Margaret MacMillan, ob. cit.

^[13] – Jaime Nogueira Pinto, ob. cit.

^[14] – John Keegan, A Primeira Guerra Mundial, Porto, Porto Editora, 2014.

^[15] – David Stevenson, 1914-1915, The History of the First World War, Penguin Books, 2005.

^[16] – Marc Ferro, História da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918, Lisboa, Edições 70, 1992; Donald Kagan, ob. cit.; Norman Stone, Primeira Guerra Mundial. Uma História Concisa, Alfragide, D. Quixote, 2011.

^[17] – René Rémond, ob. cit.

^[18] – Abel Cabral Couto, Elementos de Estratégia, Vol. I, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1988.

^[19] — Jean-Jacques Becker, A Grande Guerra, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005.

^[20] — Réne Rémond, ob. cit.

^[21] — Alejandro Pizarroso Quintero, História da Propaganda, Lisboa, Planeta Editora, 1993.

^[22] — J. Brunet e M. Launay, ob. cit.

^[23] — Alejandro Pizarroso Quintero, ob. cit.

^[24] — Réne Rémond, ob. cit.

^[25] — Réne Rémond, ob. cit.

^[26] — John Keegan, ob. cit.

^[27] — Réne Rémond, ob. cit.

^[28] — John Keegan, ob. cit.

^[29] — Gabriel Espírito Santo, Da Arte da Guerra à Arte Militar, Lisboa, Tribuna da História, 2013.

^[30] — John Keegan, ob. cit.

^[31] — John Keegan, ob. cit.

^[32] — Idem.

^[33] — Michael Howard, a Guerra na História da Europa, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

^[34] — John Keegan, ob. cit.

^[35]
— D. Dellinger, *Um Século de Guerra no Mar*, Editora Nautica Nacional, 2010.

^[36]
— Norman Stone, *ob. cit.*

^[37]
— J. F. C. Fuller, *L'Influence de L'Armement sur L'Histoire*, Paris, Payot, 1948.

^[38]
— Michael Howard, *ob. cit.*

^[39]
— Jean-Jacques Becker, *ob. cit.*

^[40]
— J. Brunet e M. Launay, *ob. cit.*

^[41]
— Bibliografia de referência: Espírito Santo, *ob. cit.*; J. F. C. Fuller, *ob. cit.*; John Keegan, *ob. cit.*; Liddell Hart, *As Grandes Guerras da História*, S. Paulo, Ibrasa, 1963; Loureiro dos Santos, *Apontamentos de História para Militares*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1979; Marc Ferro, *ob. cit.*; Michael Howard, *ob. cit.*

^[42]
— *Revista Militar* de agosto de 1919.

^[43]
— *Revista Militar* de setembro e outubro de 1919.

^[44]
— *Revista Militar* de novembro e dezembro de 1919 e janeiro, fevereiro e março de 1920.

^[45]
— *Revista Militar* de março, maio e junho de 1920.

^[46]
— *Revista Militar* de junho, julho e agosto de 1920.

^[47]
— *Revista Militar* de outubro, novembro e dezembro de 1920.

^[48]
— *Revista Militar* de janeiro de 1921.

^[49]
— *Revista Militar* de abril-maio de 1921.

^[50]
— *Revista Militar* de abril/maio, junho/julho, agosto/setembro e outubro/novembro de

1921.

^[51] — Abílio Pires Lousada, *A Estratégia de Portugal Face aos Conflitos Militares Internacionais*, in *Estudos de Homenagem ao general Abel Cabral Couto*, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares, 2014.

^[52] — Miguel Freire, *O Corpo Expedicionário Português*, <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/Forms/AllItems.aspx> (pdf).

^[53] — Gomes da Costa, *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys*, Porto, Renascença Portuguesa, 1920.

^[54] — Dorbalino dos Santos Martins (coord.), *Estudo de Pesquisa Sobre a Intervenção Portuguesa na 1.ª Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres*, Lisboa, Estado-Maior do Exército/DDHM, 1995.

^[55] — *Revista Militar* de dezembro de 1920.

^[56] — Abílio Pires Lousada, ob. cit.

^[57] — Gomes da Costa, ob. cit.